



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

Relatório e Contas 2009

Março 2010

Relatório e contas 2009

▶INTRODUÇÃO

O acto de relatar, ou seja, divulgar e dar conhecimento da existência de determinados factos, é um dos mais nobres da vida das instituições, ganhando importância acrescida quando influenciam interesses colectivos.

O que se relata não é discutível, pois vale por si mesmo. A questão reside em saber se os factos são os mais adequados e, sendo-o, se a forma como ocorreram não poderia ter sido diferente.

Evidentemente que sim. Bastaria que os actores fossem outros. Seriam melhores, piores? Eis uma interrogação para a qual não há resposta.

A realidade é incontornável. Não se pode julgar o hipotético. E o real tem sempre de ser inserido num contexto de relatividade com outros factos e situações.

É aqui que surgem as análises e os juízos. Não é suficiente dizer-se: «Foi assim que visionámos as coisas»; «Foi desta ou daquela forma que as concebemos.» É imperioso avaliar se as atitudes, as acções e os factos foram os mais adequados aos fins que se pretendiam atingir.

É exactamente nesse equilíbrio de causa e efeito, e da sua conjugação com a realidade, que sentimos a consciência tranquila. Fizemos tudo o que nos foi possível.

Um relato não tem na sua base intenções, como acontece num plano de actividades, mas sim situações ocorridas, por norma, no período de vigência do plano que, em determinado momento, foi apresentado e aceite pelos membros.

É, pois, o momento de prestar contas. É o momento em que, embora aceitando leituras diferentes da mesma realidade, expomos o nosso pensamento sobre os factos e as razões que nos motivaram para as opções tomadas.

O presente relatório é bem mais extenso do que o apresentado em anos anteriores. Tal facto tem como objectivo dar a conhecer a estrutura da Ordem, pro-

piciando um melhor conhecimento do seu funcionamento.

O grau de execução do plano de actividades, não obstante algumas variações, tem revelado, ao longo dos anos, comportamentos excelentes, algo que se torna mais vincado se o compararmos com outros exemplos de execução.

Em 2009, mantivemos esses atributos, prova inequívoca da boa-fé e do rigor que esteve na base da elaboração do plano de actividades e respectivo orçamento.

Relatar a actividade de 2009 da nossa jovem Ordem tem, para nós, um sabor, um sentido e um significado muito especial. Estamos a falar de um ano de grandes alterações da nossa organização profissional, cujos resultados, estamos convencidos, modificarão de forma radical a imagem e o sentido da profissão.

Sem desmerecer a fé no sobrenatural, dificilmente acreditamos em milagres, entendidos estes na esperança de que outros façam aquilo que só a nós compete fazer.

Acreditamos nas capacidades de trabalho de mulheres e homens que, dando o seu esforço, trabalho e dedicação a uma causa em que acreditam, vão paulatina e seguramente, construindo uma profissão mais credibilizada e dignificada.

Acreditamos que existem pessoas capazes de unir vontades e esforços para não sucumbir às tentações do facilitismo, do “deixa andar” e, que, diariamente lutam por uma profissão melhor.

Não sabemos se fizemos tudo o que seria necessário em favor da profissão. Mas de uma coisa não temos dúvidas: foi feito tudo o que era possível.

Não queremos ser juízes em causa própria. Por isso, aguardamos serenamente o veredicto dos Técnicos Oficiais de Contas quanto à acção desenvolvida no decurso de 2009, constante do presente relatório.

A acção desenvolvida confluíu num único objectivo integrado na seguinte estratégia:

ESTRATÉGIA DE ACÇÃO

É indiscutível que a profissão tem evoluído em diversos domínios.

Ao longo dos tempos, através de realizações de interesse mútuo, temos sido agentes de profundas mudanças sociais, com especial relevo para a utilização das novas tecnologias no relacionamento entre a administração fiscal e os contribuintes. Temos desempenhado, indiscutivelmente, um relevante papel na divulgação e consciencialização dos valores de cidadania, algo que, até há bem pouco tempo, tão arregrado estava da nossa sociedade.

Nestes curtos, mas já ricos, 15 anos de existência, temos sido obreiros de profundas alterações na profissão, colocando-a em patamares que nunca conheceu. Neste enorme salto, infelizmente, há ainda TOC que não compreenderam esse crescimento e têm resistido à integração no grande grupo que deseja uma actividade mais credível e respeitada.

Num direito que não se lhes recusa, continuam a vender uma imagem ultrapassada e desconforme com a credibilidade social da profissão, concebendo-a num contexto de desresponsabilização e de uma conquista de créditos sustentada em valores que não defendemos.

Acreditamos que a nossa profissão tem espaço e massa crítica para se impor pelos seus valores, pelo seu comportamento e pela demonstração que é capaz de fazer dos elevados méritos da sua actuação. É este comportamento que nos conduz à fórmula que tantas vezes enunciámos: «O direito conquista-se no cumprimento do dever.»

Por isso, sempre orientámos o nosso empenho para a credibilização. Demonstrada a sua mais-valia no apelo ao cumprimento dos valores da cidadania, na implementação de novos processos de trabalho através da desmaterialização, criou-se um desequilíbrio que não tinha razão de ser: era, de todo, injustificada a manutenção em patamar inferior aos de outras profissões.

Embora tendo cumprido, de forma indiscutível, o seu dever como elo de gestão social, a profissão ainda não se tinha afirmado, quer por razões históricas quer por efeito do conceito social que ainda se continuava a cultivar na sociedade.

Daí a necessidade urgente de factos que lhe conferissem o lugar a que, por direito próprio, tinha conquistado, ou seja, a organizar-se em Ordem profissional. Com a larga experiência na condução da Instituição, e após os incidentes ocorridos em 2007, aquando da retirada da proposta de autorização legislativa inse-



Assembleia da República votou a passagem a Ordem profissional em Julho de 2009

rida na Lei do OE para 2008, tivemos a certeza que este assunto teria que ser tratado de forma diferente do habitual.

A entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) era, em nosso entender, a razão que melhor justificaria a apresentação por parte do Governo, à Assembleia da República (AR), de uma proposta de Lei de alteração do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e, consequentemente, a sua passagem a Ordem.

Os interesses minoritários de alguns profissionais confundiram vários deputados da AR. Valeu a pronta intervenção dos Órgãos legitimamente representativos dos TOC que evitaram consequências mais nefastas.

Por isso, a então Câmara, teve contra si os políticos que em Portugal sempre nos consideraram de nível inferior, mas também alguns TOC que se colocaram ao lado de teses negativas e que, por instantes, conseguiram força representativa que nunca tiveram, mas que serviu para escudar o comportamento de alguns políticos.

Conhecedores profundos da história da profissão, desde muito cedo tivemos a consciência da necessidade de alguns processos muito simples, mas fundamentais no processo de elevação da Câmara a Ordem. O primeiro relacionava-se com o momento político e a insegurança que poderia advir do acto eleitoral que se aproximava e, uma vez mais, sermos obrigados a, injustamente, esperar mais alguns anos ou até mesmo décadas, para nos ser reconhecido o direito de nos organizarmos como Ordem.

O segundo prendia-se com o motivo. Na verdade, sem uma razão forte que o justificasse, a ideia que passaria seria, apenas e só, um acto de vaidade de uma profissão sem lógica para ser aprovada.

Ora, o grande momento estava ao nosso alcance: a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística. Ante tal facto, os Técnicos Oficiais de Contas estavam perante um desafio completamente diferente do habitual, pelo que se justificava a passagem da Câmara a Ordem.

Contudo, nem todos entenderam a pertinência do momento. Ou aproveitávamos o que nos era oferecido pelas circunstâncias ou muito dificilmente teríamos, nos próximos anos, nova oportunidade.

Por isso, para além da estratégia global atrás definida, as acções desenvolvidas em 2009 tiveram como prioridade a credibilização da profissão, a passagem a Ordem e a preparação dos membros para a nova re-

alidade emergente da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Em nossa opinião, em todas as acções desenvolvidas, conseguimos concretizar os respectivos objectivos. É nossa convicção que, com a formação gratuita que oferecemos aos membros (cerca de 65 por cento do total), estes ficaram com maior compreensão sobre o SNC. Simultaneamente, com a passagem a Ordem, os TOC ficaram na mesma linha que os profissionais de outras áreas.

Tudo o que conseguimos, materializou-se nos seguintes passos:

▶ ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Formação

Julgamos que não restam dúvidas sobre a necessidade de formação permanente.

O quadro normativo que integra as normas que os Técnicos Oficiais de Contas têm que observar no exercício da sua profissão, confere-lhe, para além da sua complexidade, uma volatilidade nem sempre compatível com as possibilidades dos profissionais, nem mesmo com o reconhecimento que a sociedade faz do esforço desenvolvido por esta classe.

Com este quadro, fácil é compreender a estratégia e os objectivos que estiveram na base do plano de formação para 2009 e que, pelos números alcançados, rapidamente se conclui que foram atingidos.

O princípio até hoje consagrado é que a formação ministrada pela Ordem se destina exclusivamente aos membros, o que foi, grosso modo, seguido no ano em análise. A excepção foi a formação relacionada com o SNC. Atendendo à importância que o novo sistema contabilístico tem na organização e no funcionamento dos escritórios de contabilidade, a Direcção deliberou que os colaboradores dos profissionais a pudessem frequentar.

Por outro lado, não só por efeito das parcerias estabelecidas com diversas entidades, mas também na execução de uma estratégia que visa uma maior sensibilidade dos empresários para o trabalho desenvolvido pelos Técnicos Oficiais de Contas, alguns dos eventos foram abertos à participação destes últimos bem como do público em geral.

O número de eventos realizados, o elevado nível de exigência na sua organização, bem como a excelente resposta dada aos desafios que estas manifestações

implicam, comprovaram a existência de uma organização especializada no seu funcionamento, o que possibilitou uma imagem da Instituição à altura das suas funções.

Dentro do espírito apresentado, e na persecução dos objectivos traçados, realizaram-se, em 2009, no domínio da formação, os seguintes eventos:

Formação eventual - Tem como objectivo sensibilizar para as alterações surgidas nos normativos que interagem com a profissão ou outros assuntos que se revelem de interesse.

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística, verificou-se um significativo acréscimo nas inscrições da última acção de formação eventual.

Em 2009, nas três acções realizadas, participaram 64 077 profissionais.

Formação eventual

Tema	Participantes
Orçamento do Estado e encerramento de contas	19 853
SNC - Estrutura conceptual	9 686
SNC - Exemplos práticos	34 538
Total	64 077

Como habitualmente, a formação eventual realiza-se em todas as capitais de distrito do Continente e das Regiões Autónomas, seguindo a mesma estrutura organizacional das direcções de Finanças, pelo que, nos Açores, decorre nas Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial.

O preço por participante foi de quatro euros por cada hora de formação, conferindo, por sua vez, 1,5 créditos para os efeitos previstos no Regulamento do Controlo da Qualidade. No entanto, a acção de formação dedicada ao «SNC - Exemplos práticos», dado a sua natureza e oportunidade, foi gratuita.

Formação segmentada - Com uma duração compreendida entre 8 e 16 horas, tem como objectivo propiciar a análise em profundidade de temas relacionados com a profissão, os quais, pela sua dimensão ou complexidade, não pressupõem um número de horas mais dilatado.

Realiza-se em sede de distrito ou em localidades onde se reúnam, no mínimo, 30 interessados, assegurando a OTOC a necessária logística.

É uma formação em sala, tendo-se realizado, no exercício de 2009, as seguintes acções:

Formação segmentada

Mês	Tema	Participantes
Fevereiro	Imposto sobre o valor acrescentado	107
Fevereiro	Impostos diferidos	421
Março	Preparação do dossiê de preços de transferência	378
Abril	Dissolução, liquidação, fusão e dissolução de sociedades	657
Maio	SNC - A estrutura conceptual	1 194
Setembro	Contratação pública	71
Outubro	Ajustamentos, provisões e anulações	842
Outubro	SNC - Pequenas entidades	2 146
Novembro	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC	2 245
Dezembro	IVA - Localização das operações	2 133
Total		10 194

O custo da formação foi de seis euros/hora, incluindo a distribuição do respectivo manual. Cada hora correspondeu a 1,5 créditos para efeitos do Regulamento do Controlo da Qualidade.

Formação permanente - Tem duração entre 16 e 32 horas, é de cariz presencial e tem por objectivo uma análise aprofundada de matérias que exigem um número de horas superior às da formação segmentada. Realiza-se, preferencialmente, nas sedes de distrito ou em qualquer outro lugar onde seja possível reunir 30 ou mais interessados, garantindo a OTOC os meios necessários. Em 2009 decorreram as seguintes acções:

Formação permanente

Mês	Tema	Participantes
Fevereiro	Contencioso tributário	52
Abril	Código do Trabalho/Segurança Social	562
Maio	Contabilidade orçamental	122
Setembro	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de investimentos financeiros no SNC	619
Outubro	Convenção modelo OCDE para evitar a dupla tributação	150
Novembro	Imposto sobre o rendimento pessoas colectivas	2 211
Total		3 716

Estas acções são exclusivamente realizadas pela OTOC e destinadas a Técnicos Oficiais de Contas.

As acções de formação segmentada e permanente podem, para além das realizadas nos locais onde existam interessados, ser ministradas em empresas, mas serão sempre organizadas pela Ordem ou sob sua orientação, desde que frequentadas exclusivamente por membros.

Formação à distância – Apesar da oferta diversificada de formação ministrada pela Ordem, os membros residentes em locais mais distantes das sedes de distrito sentem-se, amiúde, impossibilitados de frequentar a formação presencial.

Assim, em 2009, a Ordem continuou a apostar na formação à distância, por via de uma plataforma tecnológica de *e-learning*, de modo a oferecer aos membros mais comodidade e economia.

Em 2009, realizaram-se 34 acções de formação:

Formação à distância

Mês	Tema	Participantes
Janeiro	Contabilidade para juntas de freguesia	132
Janeiro	IVA – Regimes particulares	150
Janeiro	Elaboração de um plano de negócios	313
Janeiro	Análise de balanços e estudo de indicadores económico-financeiros	367
Fevereiro	Prestação de contas na administração pública	77
Fevereiro	IVA - Operações transfronteiriças	270
Fevereiro	Finanças e mercados financeiros	153
Março	Processo de execução fiscal	180
Março	IRC – Revisão do Código	524
Março	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Normativo actual versus SNC)	41
Abril	Infracções tributárias	183
Abril	IRS – Revisão do Código	162
Maio	SNC – A estrutura conceptual	544
Maio	Código do Trabalho/Segurança e higiene no trabalho	400
Maio	SNC – Activos não correntes	245
Junho	Gestão de tesouraria	306
Junho	SNC – Imparidades de activos e contingências	224
Junho	IRS – Mais e menos-valias obtidas por residentes e não residentes	65

continua →

continuação →

Junho	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação	33
Julho	IVA – Revisão do Código	289
Julho	SNC – Passivos correntes e não correntes	164
Setembro	Contratação pública	151
Setembro	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades	519
Setembro	SNC – Pequenas entidades	2 011
Outubro	SNC – Adopção pela primeira vez das NCRF	1 634
Outubro	IRC – Alteração na sequência da adopção do SNC	1 579
Outubro	Peritagem contabilística e fiscal	279
Outubro	Contencioso tributário	120
Novembro	Contabilidade orçamental na administração pública	179
Novembro	SNC – Preparação das demonstrações financeiras	1 500
Novembro	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC	310
Novembro	SNC – Activos correntes	774
Novembro	SNC – Pequenas entidades	1 070
Novembro	SNC – Adopção pela primeira vez	1 142
Total		16 090

Constata-se, assim, que em 2009 os profissionais aderiram significativamente a este modelo de formação, indo ao encontro das nossas expectativas. De relevar que, no conjunto, no exercício de 2009, verificaram-se 229 129 inscrições na formação, a que correspondeu um total superior a 16 milhões de horas de formação frequentada por todos os membros. Realce-se ainda que cerca de 150 mil presenças respeitam a formação gratuita oferecida pela Ordem aos seus membros, a que corresponde uma percentagem de cerca de 65,46 por cento.

Não obstante a nossa preocupação em preencher as necessidades dos profissionais com uma oferta de formação muito diversificada ainda existe um conjunto de entidades que solicitou à Ordem a equiparação da sua formação para efeitos de controle de qualidade e que são:

- ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada;
- AEA – Associação Empresarial de Águeda;
- AEA – Associação Empresarial de Amarante;

- AEBA – Associação Empresarial do Baixo Ave;
 - AEP – Associação Empresarial de Penafiel;
 - AEP – Associação Empresarial de Portugal;
 - AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro;
 - AIRV – Associação Empresarial Região de Viseu;
 - APECA – Associação Portuguesa Empresas de Contabilidade e Administração;
 - APEU – Associação para a Extensão Universidade da Faculdade de Economia da U. Coimbra;
 - APPC – Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas;
 - Associação Centro de Incubação de Base Tecnológica Vasco da Gama (Sines Tecnopolo);
 - Baker Tilly Portugal Consulting, SA;
 - Bragaconta – Gestão Empresarial, Lda.;
 - CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal;
 - CEGOC-TEA – Centro de Estudos de Gestão e Organização Científica – Técnicos Especialistas Associados, Lda.;
 - CEI – Centro de Educação Integral, SA;
 - CERTFORM – Formação e Consultadoria, Lda.;
 - CICLORAMA – Estudos, Projectos e Produções, Lda.;
 - CITEFORMA – Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
 - CODINFOR – Consultoria e Formação, Lda.;
 - Companhia Própria – Formação & Consultoria, Lda.;
 - CONCLUSÃO – Estudos e Formação, Lda.;
 - Deloitte & Associados, SROC SA;
 - DUODIFUSÃO – Formação Profissional de Consultoria Empresarial;
 - ENB – Escola de Negócios da Beira, Lda.;
 - ENSILIS – Educação e Formação, SA;
 - FDF – Serviços de Contabilidade e Formação Profissional, Lda.;
 - Foconsultores – Formação Consultoria Empresarial, Lda.;
 - Forconsulting – Formação e Consultoria, Lda.;
 - FORDIS Portugal – Associação de Formação para a distribuição;
 - FORSeguro – Associação Técnica de Formação e Higiene e Segurança;
 - FORVISÃO – Consultoria em Formação Integrada, SA;
 - GestH – Consultores de Recursos Humanos, Lda.;
 - Gesvouga – Formação, Lda.;
 - Gesto Apreciativo, Lda.;
 - Global Estratégias – Consultoria de Formação e e-learning;
 - GTI – Gabinete de Apoio Técnico ao Investimento, SA;
 - HJPN – Consultores Associados, ACE;
 - IFB – Instituto de Formação Bancária;
 - IFPA – Instituto de Formação Profissional Avançada, Lda.;
 - IFE – International Faculty for Executives;
 - IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública;
 - Invent – Associação Competitividade e Inovação na Gestão;
 - IRMC – Formação, Contabilidade e Projectos;
 - KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA;
 - Multiplos – Serviços de Gestão, Lda.;
 - Myjobs – Recursos Humanos, Lda.;
 - Navalho, Martins e Associados, SROC (NMA);
 - PKF – Pannel Kerr Forster Portugal, SA;
 - PRICEWATERHOUSE – Assessoria de Gestão, Lda.;
 - Primavera Academy;
 - SAGABI – Coop. Formação Cons. Gestão, Crl.;
 - Sage Portugal – Software, SA;
 - Servirege – Consultoria Empresarial Unipessoal, Lda.;
 - SGP – Serviços & Gestão de Pessoal;
 - SKKFOR – Serv. Form. Desenv. Recursos Humanos, Lda.;
 - Solução – Centro de Formação Profissional e Tecnológico, Lda.;
 - Vantagem +, Consultores de Formação, Lda.;
 - Vítor Fino Consultores, Lda. (VF Consulting);
 - Victor José & Associados SROC;
 - VLM – Consultores;
 - VougaGeste Consultores, Lda.;
 - Winnerges – Consultoria Empresarial, SA.
- Outro facto digno de relevo consiste na preocupação crescente das instituições do ensino superior em ministrar formação aos seus alunos de pós-graduação, o que não deixa de ser um bom indicador. Constata-se, pois, que a formação deixa de ser uma preocupação característica das instituições de regulação profissional, para passar a ser uma preocupação das forças vivas com ligação à actividade formativa e ao desempenho dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Congresso** – Cumprindo o previsto no Plano de Actividades para 2009 e no programa eleitoral dos actu-

ais Órgãos directivos da Ordem, realizou-se nos dias 24 e 25 de Setembro, em Lisboa, no Pavilhão Atlântico, o III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, onde participaram 5 203 congressistas.

De salientar a presença de representações de todos os países da CPLP, ou seja, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor.

Foi um momento alto para a Ordem e para os seus membros, pois ali foram abordados temas actuais e de elevado interesse para a profissão, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilística. O III Congresso foi o maior evento profissional até hoje realizado em Portugal.

Conferências - A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, à semelhança de anos anteriores, organizou conferências sobre temas importantes e com impacto imediato na vida profissional dos TOC.

Para além da já habitual conferência anual organiza-

da pelo Gabinete de Estudos da OTOC, a Ordem organizou em 2009 as seguintes conferências:

Conferências

Mês	Localidade	Tema	Participantes
Fevereiro	St.ª M.ª da Feira	A responsabilidade civil extracontratual do Estado	633
Abril	Lisboa	Jornadas europeias de Primavera	379
Abril	Lisboa	Novas tendências da fiscalidade	633
Junho	Lisboa/ /St.ª M.ª Feira	II Encontro da História da Contabilidade	1 465
Setembro	Lisboa	Perspectivas fiscais e recuperação económica	1 245
Outubro	St.ª M.ª da Feira	Fiscalidade e Poder Local	686
Outubro	Lisboa	Problemas contabilísticos e fiscais das PME	1 644
Dezembro	Lisboa	O papel dos TOC no combate à crise	816
Total			7 501



➤ Conferências foram aposta forte em 2009

De salientar que várias destas conferências foram realizadas em parceria: «Jornadas europeias de Primavera», com o ISCAL; «Problemas contabilísticos e fiscais das PME», com o IDEFF (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa); «Perspectivas fiscais e recuperação económica» e «Fiscalidade e Poder Local», estas duas em parceria com a TSF. A primeira das conferências organizada em parceria com a estação de rádio contou com a presença de todos os líderes dos partidos políticos.

Outros eventos

Em 2009 realizaram-se no auditório da sede da Instituição três sessões públicas de entrega de certificados aos novos membros que obtiveram aprovação nos exames realizados em 14 de Março, 27 de Junho e 31 de Outubro.

O habitual Encontro Nacional dos TOC realizou-se no dia 11 de Julho e contou com o voluntarismo de um grupo de profissionais do distrito de Évora que teve a seu cargo a organização do evento. O VII Encontro contou com a presença de 709 participantes.



➤ Os problemas fiscais das empresas estiveram em debate

Em 2009 teve lugar a atribuição e entrega do prémio «Professor Rogério Fernandes Ferreira.» A cerimónia decorreu no ISEG, estabelecimento de ensino que tem estado associado à OTOC nesta iniciativa.

Também se realizaram eventos em Coimbra, Évora, Lisboa e Porto sobre o tema «As alterações introduzidas nos cursos por efeitos do Processo de Bolonha», exclusivamente destinados a docentes universitários e membros da Ordem.

Foi inaugurada a nova representação permanente em Faro, a 4 de Julho, com a presença dos representantes do Governador Civil e da Câmara Municipal de Faro.

Fez-se ainda a apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (2007), na sede da Ordem.

A OTOC patrocinou o lançamento público dos livros «Harmonização Contabilística Internacional», de Renato Pereira, Maria Estevam e Rui Almeida; «A profissão, as associações e as revistas de Contabilidade em Portugal», de Joaquim Guimarães e «*Stock options*» de Paula Faria, Renato Pereira e Vieira dos Reis, e «Contabilidade das TIC», de Renato Pereira e Ambrósio Teixeira, em Lisboa.

Foi ainda feito o lançamento do livro «A Influência de Jaime Lopes de Amorim no Desenvolvimento da Contabilidade em Portugal», de Joaquim Cunha Guimarães, edições Infocontab, na representação permanente do Porto, em 15 de Janeiro.

Após a publicação do Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, realizaram-se em todas as capitais de distrito, sessões de esclarecimento sobre o novo Estatuto da OTOC, em que participaram cerca de 10 500 profissionais.

Fez-se a apresentação pública dos trabalhos e conclusões da Comissão de Acompanhamento do Processo de Bolonha.

Apoio técnico aos membros

As preocupações qualitativas dos profissionais sempre mereceram uma atenção muito especial dos dirigentes da Instituição, procurando criar meios e ferramentas que possibilitassem caminhar nesse sentido.

Numa sociedade em permanente mutação e numa profissão onde as mudanças têm uma força muito acentuada, só o uso de ferramentas e técnicas evoluídas, possibilitarão o exercício da actividade de forma mais “leve” e sem que se desmereça a qualidade.

Foi nesse âmbito, e no cumprimento de um dever junto dos profissionais que, no decurso de 2009, se realizaram as seguintes acções:

- Revista «TOC» - Distribuída mensal e gratuitamente a todos os membros com quotas em dia;
- Revista de «Contabilidade e Gestão» - Tratamento científico dos trabalhos e respectiva edição e envio gratuito a todos os membros com as quotas em dia.
- CD da base de dados do SITOC - Distribuição mensal actualizada e gratuita a todos os membros com as quotas em dia;
- CD da base de dados do SITOC - Versão *online* actualizada diariamente.
- «Anotações ao SNC» - Edição do livro da autoria de Carlos Grenha, Domingos Cravo, Luís Baptista e

Sérgio Pontes, tendo sido distribuído gratuitamente no III Congresso da Ordem.

- Consultório da OTOC - Elaborados 8 125 pareceres técnicos, via «Pasta TOC»; atendidos presencialmente 471 membros e via telefone 18 211, o que perfaz uma média mensal de 1 518 telefonemas, verificando-se um aumento de 9,9 por cento em relação a 2008;
- Manuais de preenchimento das declarações modelos 3 de IRS e respectivos anexos, bem como da declaração modelo 22 do IRC e respectiva IES - à semelhança de anos anteriores foram disponibilizados no CD da base de dados do SITOC, bem como no site da Ordem;
- Reuniões livres com os profissionais, quinzenalmente, em todas as capitais de distrito do Continente e Regiões Autónomas, com a colaboração de técnicos superiores, também da administração fiscal, com vista ao esclarecimento de dúvidas inerentes ao exercício da profissão.
- Reuniões de esclarecimento em todas as capitais de distrito em virtude da entrada em vigor do SNC, tendo-se verificado, em alguns locais, segundas sessões, devido ao número elevado de membros inscritos.
- Disponibilização de consulta às obras que integram a biblioteca da OTOC, possibilitando, por essa via, o esclarecimento e aprofundamento do saber dos profissionais;
- Boletim informativo elaborado e distribuído diariamente na «Pasta TOC», com as novidades mais prementes relacionadas com matérias de interesse, bem como os acórdãos e circulares.
- Publicação de textos na imprensa, elaborados pelo departamento de Consultoria (167 de natureza contabilístico/fiscal, publicados no «Jornal de Negócios» e «Vida Económica»; bem como em 255 emissões do programa «Conselho Fiscal», transmitidas pela TSF);
- Para prestar apoio técnico e elaborar as respostas às questões colocadas pelos seus membros, a Ordem mantém 13 técnicos superiores internos e conta com a colaboração de 17 técnicos externos.
- No final de 2009, o prazo de resposta da Ordem às questões técnicas colocadas pelos membros foi de 11 dias, rácio que esperamos melhorar em 2010.

Reuniões livres e «Noites SNC»

As reuniões livres das quartas-feiras, forma de designar a disponibilização de um espaço e de técnicos

qualificados para responder às questões que os profissionais encontram no seu dia-a-dia, é uma inovação no universo do associativismo público português.

As 43 153 presenças dos profissionais ao longo de 2009 revelam bem o interesse que estes encontros têm despertado.

Por outro lado, atendendo à novidade do processo, a partir do mês de Setembro, inclusive, realizaram-se nos mesmos locais das reuniões livres, encontros com os profissionais que se denominaram «Noites SNC», em que se trataram exclusivamente de temas e assuntos relacionados com o novo sistema. Foram registadas 58 047 presenças.

Aqueles eventos, bem como outros de igual índole, em nosso entender, são de fundamental importância para o desenvolvimento da profissão.

No quadro seguinte apresentam-se, por distritos, a participação nas reuniões livres das quartas-feiras e «Noites SNC».

Localidades	Reuniões das quartas-feiras	Reuniões SNC
Angra do Heroísmo	325	296
Aveiro	1 876	5 981
Beja	280	521
Braga	5 363	5 262
Bragança	952	651
Castelo Branco	1 019	841
Coimbra	1 985	2 282
Évora	734	870
Faro	1 265	1 995
Funchal	896	1 411
Guarda	1 130	799
Horta	188	40
Leiria	4 695	4 023
Lisboa	7 964	11 762
Ponta Delgada	446	474
Portalegre	546	610
Porto	5 897	10 788
Santarém	709	2 111
Setúbal	1 336	2 350
Viana do Castelo	2 400	1 936
Vila Real	741	1 058
Viseu	2 406	1 986
Total	43 153	58 047

Apoio social aos membros

Alguns profissionais questionam, por vezes, a razão de ser das preocupações de natureza social da Ordem, deixando transparecer ideias e sentimentos da cultura do «cada um por si», apresentando alternativas de aplicação dos montantes financeiros envolvidos no apoio social aos membros.

Pelo que a vida já nos permitiu conhecer, entendemos que estes valores devem ser preservados até à última instância.

Seria muito mais agradável poder oferecer mais uma acção de formação ou encontrar alternativas para aplicar a verba financeira que hoje consignamos aos projectos de âmbito social - fundo de pensões, «Casa do TOC» e fundo de solidariedade social - , no montante global de 7 113 838,80 euros.

Mas a experiência de vida aconselha-nos a poupar um pouco da nossa disponibilidade financeira, de forma a constituir reservas que nos permitam enfrentar problemas inesperados.

Sempre o dissemos e repetimo-lo: o fundo de solidariedade social só é aplicável em situações muito bem justificadas. O mesmo se aplica ao complemento de reforma aos profissionais, no sentido de garantir a estes uma pequena disponibilidade financeira que lhes permita um mínimo de dignidade.

Mas o esforço que a Instituição desenvolve no apoio social aos membros, de forma alguma se reduz ao fundo ou até mesmo a situações cujo reflexo apenas chegará amanhã. Ele tem já hoje expressão prática muito significativa através do seguro de responsabilidade civil, do seguro de saúde e de outros apoios.

A nossa intervenção num campo tão importante como é a segurança dos membros, presente e futura, não poderia deixar de ter merecido a nossa profunda preocupação, tendo-se materializado nas seguintes acções:

- No decurso de 2009, a Ordem, através do fundo de solidariedade social, atribuiu complementos de reforma aos seus membros no valor global de 20 590,93 euros, tendo dele beneficiado 20 profissionais.
- Em 2009, o seguro de responsabilidade civil custou à OTOC 643 556,94 euros.
- A Ordem oferece também aos seus membros com as quotas em dia um seguro de saúde que cobre todas as despesas hospitalares de internamento, intervenção cirúrgica e ambulatório com ele relacionados, até ao limite de 50 mil euros. Este seguro custou, o ano passado, 871 901,95 euros.

- Conforme previsão orçamental, foi transferido para o fundo de pensões dos TOC a importância de um milhão de euros e consignado, de acordo com o orçamento, o valor anual da renda das antigas instalações situadas na Avenida 24 de Julho, em Lisboa, no valor global 151 732,8 euros, o que traduz um esforço financeiro no valor total de 1 151 732,8 euros.

Ainda na senda do apoio social aos membros, e na execução de uma obra prevista no Plano de Actividades, foi consignada, em 2009, uma verba anual de 500 mil euros, o que elevou para um milhão e 500 mil euros o total já disponibilizado para este projecto.

Relações internacionais

No âmbito das relações internacionais, a Ordem tem vindo a desenvolver e a estreitar laços de cooperação, não apenas no seio dos organismos em que se encontra inscrita, mas também através da sua participação nos diversos eventos promovidos por aquelas entidades.

Em 2009, a OTOC realizou, em colaboração com o CILEA - Comité de Integração dos Países Latinos da Europa e América, em Lisboa, uma conferência subordinada ao tema «O Papel dos TOC no combate à crise». No evento estiveram presentes profissionais da Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Roménia, Itália, França, Brasil, Espanha e Portugal. Ainda no âmbito do CILEA, a Ordem, através dos seus representantes, marcou presença em eventos realizados em Santiago do Chile e em Turim, para além da conferência internacional organizada em Lisboa. A Ordem, através do seu presidente da Direcção, ocupa uma das oito vice-presidências em que se encontra organizado o CILEA.

No âmbito da EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME*), a Ordem participou na conferência anual realizada em Paris e ainda nas reuniões de trabalho e conferências em Viena.

Na EFAA, a Ordem integra ainda grupos de trabalho especializados em formação e assuntos técnicos.

Na sede do Banco Mundial, em Washington, realizou-se uma reunião com a presença do presidente do Banco Mundial, os representantes da OTOC (Domingues de Azevedo, Jaime dos Santos e Avelino Antão), e do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC), tendo constado da ordem de trabalhos o protocolo de transferência de conhecimentos para os países da CPLP e o eventual financiamento deste programa.

Participou ainda no I Encontro Internacional Luca



➤ O fundo de pensões é um dos pilares em que assenta os projectos de âmbito social

Pacioli de História da Contabilidade, a 19 de Junho, promovido pela AECA, em San Lorenzo de Escorial, Espanha, bem como no 1.º Convegno Nazionali della Società Italiana di Storia della Ragioneria, em Milão, nos dias 5 e 6 de Novembro.

Para além disso, estreitou de forma muito significativa as relações com os Técnicos Oficiais de Contas brasileiros através do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo ainda participado no X Prolatino, que se realizou em Minas Gerais, Brasil, em 19 e 20 de Novembro.

Participou no Congresso dos *tax advisers* realizado em Budapeste, na Hungria, e reforçou os laços com o Colégio dos Economistas Espanhóis, com quem assinou um protocolo de cooperação, tendo-se realizado diversas reuniões exploratórias em Lisboa e Madrid.

Continuou a desenvolver com os colegas brasileiros o projecto de transferência de conhecimentos, que compreende o estabelecimento do ensino superior de Contabilidade, a organização da profissão e a formação profissional nos países da CPLP.

Comissões permanentes e eventuais

As comissões constituídas na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, dependendo da natureza da sua prestação, podem ter um carácter permanente ou eventual.

No final de 2009, a Ordem tinha em funcionamento quatro comissões com carácter permanente: Comissão para a Contabilidade Pública, Júri de Exame de Admissão à OTOC, Comissão de História da Contabilidade e Comissão do Controle da Qualidade.

No desempenho das funções para que foram instituídas, estas comissões, em colaboração directa com a Direcção e com outros órgãos, desenvolveram as seguintes acções:

Comissão Permanente para a Contabilidade Pública - Em 17 de Setembro de 2002, nas instalações da então Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, tomou posse a Comissão Permanente para a Contabilidade Pública. É constituída por João Baptista da Costa Carvalho (presidente); Domingos Cravo e Avelino Antão (vogais).

O objectivo desta comissão é conceber acções de formação para os Técnicos Oficiais de Contas, na área da Contabilidade Pública, nos termos do plano de trabalho aprovado pela Direcção da OTOC.

Sintetiza-se o conjunto de reuniões e acções desenvolvidas por esta comissão, em 2009 e formula-se um conjunto de propostas a apresentar à Direcção da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

- Áreas de intervenção: com vista à concretização do objectivo com que foi criada - concepção e execução de acções de formação para Técnicos Oficiais de

Contas - esta comissão propôs ao Conselho Técnico que fosse desenvolvida formação relacionada com a Contabilidade Pública. Neste âmbito, foram sugeridos e aceites os seguintes temas:

- Contabilidade Pública (formação eventual de Outubro/Novembro de 2003);
- Controlo interno na Administração Pública (formação eventual de Outubro/Novembro de 2004);
- Valorimetria nos imobilizados da administração pública (formação eventual de Outubro/Novembro de 2005);
- Contabilidade Orçamental na Administração Pública, (formação eventual de Outubro/Novembro de 2006 tendo participado 5 799 Técnicos Oficiais de Contas);
- Finanças e Contabilidade nas juntas de freguesia, (formação eventual de Outubro/Novembro de 2007 tendo participado 7 354 Técnicos Oficiais de Contas);
- Consolidação de contas na Administração Pública, (formação segmentada de Novembro de 2007, tendo funcionado em seis distritos e participado 217 Técnicos Oficiais de Contas);
- Prestação e contas na Administração Pública, (formação eventual de Outubro/Novembro de 2008 tendo participado 7 166 Técnicos Oficiais de Contas);
- Contabilidade Pública segmentada, (formação permanente de 17 a 20 de Novembro de 2008, tendo decorrido em 11 distritos e participado 1 832 Técnicos Oficiais de Contas).

Em 2009, e conforme proposta do Conselho Técnico, foram incluídos os seguintes temas relacionados com a Contabilidade Pública em formação à distância:

- Contabilidade para juntas de freguesia, realizada em Janeiro, com a participação de cerca de 120 Técnicos Oficiais de Contas;
- Prestação de contas na Administração Pública, realizada em Março, com a participação de cerca de 90 Técnicos Oficiais de Contas;
- Contabilidade Orçamental na Administração Pública, realizada em Novembro, com a participação de cerca de 180 Técnicos Oficiais de Contas;

Esta Comissão havia ainda proposto uma acção de formação eventual sobre o tema «A Contabilidade de Custos como instrumento essencial no cálculo das taxas nas autarquias locais». Contudo, por razões de agenda, a Direcção da OTOC decidiu adiar a realização da acção para 2010.

Para além destas acções formativas, no ano de 2009, a Comissão desenvolveu ainda as seguintes actividades:

- 1) Apoio na organização da apresentação pública do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 que se realizou no dia 9 de Abril, no auditório da OTOC;
- 2) Acompanhamento do processo de preparação do «Documento enquadrador de princípios subjacentes à consolidação de contas no SPA», em elaboração pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;
- 3) Avaliação do modo como o documento acima referido pode influenciar a proposta de alteração ao POCAL no qual se pretende, essencialmente, incluir um capítulo sobre a consolidação de contas nas autarquias locais e que aguarda aprovação;
- 4) Análise do eventual impacto da aprovação do Sistema de Normalização Contabilística no modelo de normalização contabilística do sector público.
 - Recomendações:
 - 1) Tal como referimos em anos anteriores, embora ainda não seja significativo o número de questões levantadas pelos membros à OTOC em matérias relacionadas com a Contabilidade Pública, esta Comissão tem-se disponibilizado para emitir os pareceres convenientes, sempre que pela pertinência dos assuntos a actual equipa responsável pelo consultório técnico da OTOC entenda útil.
 - 2) Continuamos a considerar que será bastante útil a existência de um *link* específico no *site* da OTOC sobre legislação relacionada com a Contabilidade Pública;
 - 3) Para a formação eventual deste ano a Comissão propõe que nas acções de Junho/Julho de 2010 seja incluído o tema «A contabilidade de custos como instrumento essencial no cálculo das taxas nas autarquias locais». Contudo, caso seja entendido conveniente, é aceitável que a acção aqui referida possa ser desenvolvida no quadro da formação segmentada ou mesmo permanente;
 - 4) Caso, em 2010, seja ministrada formação permanente ou segmentada, esta Comissão sugere que as mesmas não se realizem em datas coincidentes em todos os distritos, uma vez que a experiência passada mostra a dificuldade de encontrar dispostos formadores de elevada qualidade em número suficiente, bem como de estabelecer mecanismos eficazes de coordenação do processo formativo. Assim, continuamos a pensar que a opção por calendários “desencontrados” parece ser a solução a aplicar-se;
 - 5) A Comissão para a Contabilidade Pública sugere a

realização das II Jornadas de Contabilidade e Finanças Locais, em 27 de Abril de 2010. Na ocasião será apresentado o Anuário Financeiro dos Municípios (2008). Os oradores a convidar serão articulados com o Conselho Directivo da OTOC;

6) A Comissão para a Contabilidade Pública propõe ainda que sejam agendadas reuniões com o secretário de Estado da Administração Local e o director-geral do Orçamento para avaliar o estado da reforma da Contabilidade Pública.

Júri de Exame de admissão à OTOC - No ano de 2009 realizaram-se três exames de admissão à Ordem:

Data	N.º candidatos		Taxa de aprovação	Localidades
	MED	AP		
14/03/2009	342	950	39%	Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu
27/06/2009	331	943	15%	
31/10/2009	551	1 696	9%	

Do ponto de vista organizacional e logístico, os exames decorreram com toda a normalidade. O elevado número de candidatos inscritos no último exame realizado em 2009, explica-se provavelmente pelo facto de se tratar da derradeira avaliação antes da entrada em vigor do SNC.

Apesar da manutenção da estrutura dos exames e do respectivo grau de dificuldade, no que respeita à taxa de aprovação verificou-se uma quebra significativa no segundo e terceiro exames de 2009, contrariamente ao que vinha acontecendo até então.

Em 2009 acentuou-se o esforço relativo ao número de localidades em que o exame se realizou, tendo ascendido a 15, o que representa uma mobilização logística assinalável.

No que respeita ao Júri de Exame, não se verificou qualquer alteração em 2009, pelo que a composição continuou a ser a seguinte: Pedro Roque (presidente), Leonor Fernandes Ferreira (vice-presidente), Ezequiel Fernandes (presidente do Comissão de Inscrição), Fernando Pega Magro (vogal do Conselho de Inscrição), Avelino Antão (presidente do Conselho Técnico), António Pires Caiado, Domingos Cravo e José Alberto Pinheiro Pinto.

Comissão de História da Contabilidade - A Comissão de História da Contabilidade (CHC), criada em 10 de Abril de 2007, e constituída por Lúcia Lima Rodrigues (presidente), Joaquim Cunha Guimarães e Leonor Fernandes Ferreira (vogais), tem desenvolvido a sua actividade de acordo com um regulamento interno aprovado pela Direcção.

Durante o ano de 2009 desenvolveu, entre outras, as seguintes actividades:

- Manutenção do sistema de funcionamento dos membros-associados e investigadores em História da Contabilidade;

- Organização do «Segundo Encontro de História da Contabilidade», realizado em duas sessões, em Lisboa e Santa Maria da Feira, nos dias 5 e 6 de Junho, respectivamente, sob o tema geral «250.º Aniversário da Aula do Comércio e do Interesse Público da Profissão». Do programa do Encontro constou a cerimónia de recepção de oferta de um conjunto significativo de livros para a Biblioteca da OTOC, da família do membro já falecido, Marcos José Rodrigues;

- Celebração de um protocolo de cooperação com a *Società Italiana Di Storia Della Ragioneria* (SISR), assinado no dia 6 de Novembro de 2009 durante o «X Convénio da SISR», realizado em Milão;

- Preparação do texto do protocolo de colaboração com a Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA), cuja assinatura se prevê seja feita em 2010;

- Participação no «I Encontro Internacional Luca Pacioli de História da Contabilidade da AECA», realizado em San Lorenzo del Escorial (Madrid) no dia 19 de Junho;

- Participação noutros eventos internacionais de História da Contabilidade;

- Elaboração pelos seus membros de artigos publicados em revistas nacionais e internacionais; o vogal Joaquim Cunha Guimarães publicou ainda o livro «A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal», Ed. Vida Económica, Setembro de 2009, com 735 páginas, que constitui uma compilação de 28 artigos sobre aquelas três temáticas.

- Actualização do menu «História da Contabilidade» na página da OTOC na Internet;

O relatório de actividades desenvolvido consta do menu «História da Contabilidade», do *site* da Ordem.

Comissão do Controle da Qualidade - A Comissão do Controle da Qualidade (CCQ) tem como missão proceder à gestão do controle da qualidade.

O ano de 2009 foi, em rigor, aquele em que o controlo da qualidade iniciou e deu continuidade à sua função de acompanhamento pedagógico de verificação do cumprimento das normas contabilísticas e fiscais, bem como das boas práticas éticas e deontológicas. O guia de controlo de qualidade beneficiou, face à experiência colhida nos controlos de qualidade efectuados, de pequenas alterações que o tornaram mais operacional relativamente à caracterização da forma como os TOC desempenham a sua actividade.

Foram definidas regras e foi aprovado o método de análise dos processos enviados pelas equipas de controlo de qualidade, no sentido de uniformizar, tanto quanto é possível, o resultado da avaliação dos controlos de qualidade efectuados por equipas diversas e proporcionar equidade nas propostas de despacho da CCQ.

O relacionamento e a forma de abordagem das equipas de controlo de qualidade aos TOC a controlar, tem sido, desde o primeiro momento, preocupação fundamental da CCQ. De forma a coordenar posições, realizaram-se duas reuniões, no Porto com os controladores do Norte e duas em Lisboa com os controladores do Sul. Estes encontros revelaram-se altamente proveitosos.

A Direcção definiu, sob proposta da CCQ, as regras para a elaboração do primeiro sorteio público dos TOC a controlar, bem como o número de controlos a efectuar. Face ao resultado do sorteio, a CCQ planificou e distribuiu às equipas os controlos a efectuar.

O quadro seguinte mostra o resultado deste trabalho:

TOC a controlar em resultado do sorteio	640
Controlos realizados	518
Controlos em curso	122

Existem diversos processos que ficaram sem efeito devido a situações de cancelamento, suspensão, etc. Estamos certos da importância da continuidade das acções de controlo de qualidade porque é nossa convicção de que elas constituem em si mesmas um factor de relevo na moralização das relações interprofissionais e dos padrões de qualidade no desempenho dos TOC.

Esta comissão permanente do Controlo da Qualidade é constituída por cinco elementos: António Lopes Pereira (presidente), Pedro Caeiro, Carlos Grenha, José Veiga Pereira e Jaime dos Santos, em representação da Direcção.

Gabinete de Estudos da OTOC - Em 2009, o Gabinete de Estudos deu seguimento a uma actividade regular de acompanhamento das alterações introduzidas nos normativos contabilísticos e fiscais - procurando tomar conhecimento dessas transformações e esclarecer as suas implicações para a prática profissional dos Técnicos Oficiais de Contas, junto de quem deve divulgar os resultados apurados. De um ponto de vista mais operacional, a actividade do Gabinete organizou-se em três grandes linhas de trabalho:

- Participação em acções de formação e em outras iniciativas, nomeadamente seminários e conferências, promovidas pela Ordem;

- Publicação de artigos de opinião no espaço que se lhe encontra reservado na Revista «TOC»;

- Organização de uma conferência Internacional anual dedicada aos «Problemas Contabilísticos e Fiscais das PME». Este evento realizou-se, pela primeira vez, em duas edições, respectivamente em Lisboa e no Porto, nos dias 30 e 31 de Outubro, tendo contado com cerca de dois mil participantes.

Já no final do ano, o Gabinete de Estudos viu-se valorizado pelo regresso de Carlos Baptista Lobo e Clotilde Celorico Palma, cuja actividade havia sido suspensa em virtude das funções que desempenharam no Governo.

Comissão de Verificação de Estágios - Esta comissão que funciona na dependência da Comissão de Inscrição, tem como função acompanhar os tradicionais estágios profissionais, no sentido de ajudar estagiários e patronos numa missão que se revela de grande importância para o exercício da profissão, para além da sua exigência estatutária. Esta comissão está constituída com base em distritos, competindo às respectivas equipas acompanhar os estágios que lhes forem comunicados pela Comissão de Inscrição.

Comissões eventuais - Para além das comissões permanentes, constituiu-se uma comissão eventual que teve como missão analisar e propor as alterações a introduzir no CD da Ordem.

Esta comissão, fundamentalmente composta por profissionais que trabalham com o CD, foi presidida pelo directora Filomena Moreira e constituída por um profissional oriundo da zona Norte, um da zona Centro, outro da zona Sul e um representante dos técnicos que trabalham o CD.

Objectivos por cumprir

Um plano de actividades é um documento que procura perspectivar as actividades da Instituição num

horizonte de um ano. Pela sua natureza, é um documento sujeito a contingências, pois as previsões em que se sustenta, embora baseadas em índices reais, podem sofrer alterações.

O rigor e a exigência que temos colocado na elaboração dos orçamentos tem permitido alcançar níveis de execução que, quando comparados com outros, são francamente invulgares.

É o que acontece com o Plano de Actividades e Orçamento de 2009 que, a exemplo de anos anteriores, apresenta índices de execução da receita de 99,30 por cento e, na despesa, um valor de execução de 97,20 por cento.

Não obstante este rigor orçamental, há a destacar que determinados eventos previstos, pelas mais diversas razões, não se concretizaram. Foram os seguintes:

- Conferência Internacional da EFAA, devido à elevada concentração de eventos realizados nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro;
- O projecto «Web TV», em que, não obstante termos feito uma excelente experiência com a transmissão em directo do III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, não houve a oportunidade de implementar este novo meio de comunicação, o que esperamos venha a acontecer no decurso de 2010;
- A implementação do consultório *online* também não foi possível implementar, em virtude de não termos tido a oportunidade de preparar convenientemente os técnicos para o desempenho desta nova função;
- A inscrição no IFAC, embora a Ordem já tenha remetido os respectivos documentos, ainda não foi possível concretizar no decurso de 2009, o que esperamos aconteça este ano.

▶ ACTIVIDADE DOS ÓRGÃOS

Assembleia Geral

Realizaram-se três assembleias gerais em 2009: em 28 de Março, na Guarda, para aprovação do Relatório e Contas de 2008; em 16 de Novembro, na sede da Ordem, em Lisboa, para aprovação do Regulamento Eleitoral e 19 de Dezembro, também em Lisboa, para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2010.

A mesa reuniu várias vezes para acompanhamento da vida da Instituição.

Por força do acto eleitoral marcado para 26 de Fevereiro de 2010, teve diversas reuniões de forma a programar e acompanhar todo o processo eleitoral

iniciado com a convocatória de 23 de Novembro de 2009.

Comissão de Inscrição

No desempenho das funções que estatutariamente lhe estão atribuídas, no decurso de 2009, apresenta os seguintes elementos da sua actividade:

O Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, marcou de forma indelével a vida da instituição reguladora da actividade dos Técnicos Oficiais de Contas, alterando o seu estatuto e consagrando-a no ordenamento jurídico português como Ordem profissional de pleno direito.

Em resultado dessas alterações, a Comissão de Inscrição perdeu a sua condição de órgão estatutário. Porém, até à realização das eleições previstas no mesmo Decreto-Lei, esta Comissão assegurará as funções que antes lhe estavam atribuídas e que se desenvolviam em torno das regras de inscrição de candidatos a TOC, de reinscrição de membros com a inscrição suspensa ou cancelada e dos pré-requisitos para a inscrição na Ordem – reconhecimento dos cursos (qualificações académicas), estágio profissional e exame profissional de acesso.

Todo o processo de verificação das condições de acesso à profissão – competências académicas, estágio profissional e exame de avaliação profissional – terá de ser cumprido, assegurando a qualificação dos profissionais e garantindo as competências que a sociedade atribuiu à Ordem, como Instituição reguladora da profissão, o que continuará a acontecer no domínio da Ordem.

Este processo obriga a um trabalho administrativo sistemático de verificação que tem por objectivo manter actualizada a informação sobre os membros. Por outro lado, a evolução do meio envolvente, das solicitações do mercado, do sistema de ensino e das condições de funcionamento de parceiros institucionais privilegiados neste processo (escolas superiores, institutos politécnicos e universidades) obrigam a um olhar atento sobre o futuro da profissão, dos desafios com que se irão debater os TOC e respectiva conformidade das condições de acesso.

Neste sentido, importa acomodar os efeitos de mudanças iniciadas no passado e, sobretudo, antecipar eventuais sinais que possam determinar a evolução do modelo de acesso à profissão.

Como se tem referido em anteriores relatórios, esta é uma problemática que requer acompanhamento

permanente e que nunca poderá ser considerada encerrada.

Foi neste contexto que, ainda dentro do regime estatutário anterior, esta Comissão submeteu à apreciação da Direcção da OTOC (Nota Interna n.º 10/IV, de 18 de Março de 2008) um conjunto de propostas, como sejam a «Redefinição das regras de inscrição para o reconhecimento dos cursos de acesso à inscrição na OTOC», «Proposta de regulamento de estágio profissional» e «Proposta de regulamento de exame de avaliação profissional» cujo objectivo, com base na experiência adquirida, seria exactamente o da adequação deste modelo às evoluções mais recentes.

Entretanto, com a previsível entrada em vigor de novo Estatuto, e na eventualidade de ser necessário proceder a alterações mais profundas nesta matéria, estas questões ficaram a aguardar outros desenvolvimentos. Neste momento, estão reunidas condições para se iniciar o trabalho de revisão destes temas à luz do novo estatuto da Ordem.

O regime do acesso à profissão continuará assente em três pilares: habilitações académicas, estágio e exame profissional.



➤ Em 2009 foram admitidos 671 novos TOC

Considera-se, neste momento que, quer o reconhecimento das habilitações académicas quer o exame de avaliação profissional, se encontram relativamente estabilizados em termos do funcionamento dos mecanismos de inscrição, requerendo apenas ligeiras adaptações.

Quanto ao estágio profissional, constatamos a necessidade de se proceder a uma reformulação dos procedimentos, na forma e no conteúdo, de modo a que este possa constituir um todo integrado com as habilitações académicas de base e o exame de avaliação profissional. A falta de tradição no seio da profissão no patrocínio de estágios representa ainda, neste contexto, uma dificuldade que a Instituição terá de superar mais tarde.

Inscrições - No final de 2009 estavam atribuídos 86 883 números de membros, dos quais 671 foram admitidos este ano. No mesmo período ficaram inactivos 1 478 membros (pedidos de cancelamento e óbitos).

Em 2009, após ligeiros aumentos em 2007 e 2008, verificou-se uma redução superior a 27 por cento no número de novas inscrições face ao ano anterior. Por seu turno, o número de cancelamentos e óbitos tem-se mantido a níveis relativamente elevados, quando comparado com o número de inscritos. O número de cancelamentos poderá encontrar explicação no aumento de responsabilidade social associada à profissão e na necessidade de actualização contínua.

Confirma-se a tendência apresentada desde 2006 e que se caracteriza por uma evolução negativa do número de membros. Os cancelamentos e óbitos têm vindo a superar o número de inscrições competentes, tendo em conta a evolução futura.

Número de inscrições/cancelamentos/óbitos

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Inscrições (membros)	2 123	795	866	923	671
Cancelamentos	849	1 267	1 411	1 222	1 184
Óbitos	137	155	166	159	177
Evolução	1 137	-627	-711	-458	-690

Face às alterações verificadas no ensino superior por efeito da aplicação das medidas previstas no processo de Bolonha e à desadequação dos textos do anterior ECTOC e dos Regulamentos de Estágio e Exame relativamente aos requisitos de acesso à profissão de TOC, a Comissão de Inscrição tinha assumido,

dentro desse regime estatutário, o compromisso de adequar as regras de inscrição e os regulamentos de estágio e de exame ao processo de aprendizagem que tinha vindo a ser desenvolvido.

De entre outras razões ponderosas, foi salientada:

- 1) A necessidade de simplificação dos critérios de reconhecimento dos cursos;
- 2) O consenso recolhido em termos do alargamento do período de estágio profissional (adequando ainda este processo à dispensa de estágio pela via do projecto de simulação empresarial (PSE) e do estágio curricular);
- 3) A conveniência de se caminhar no sentido do exame de aptidão profissional se cingir a uma única prova escrita que englobe todas as matérias objecto de avaliação (Contabilidade Geral, Contabilidade Analítica, Fiscalidade e Matérias Estatutárias e Deontológicas); e
- 4) A necessidade de ajustar os regulamentos existentes a estas alterações, tendo por base, como se disse, o enquadramento estatutário vigente.

As correspondentes propostas de alteração, como atrás se disse, foram remetidas à direcção em 18 de Março de 2008 (Nota interna n.º 10/IV).

Entretanto, a entrada em vigor do novo Estatuto (Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro) determina a revisão das propostas apresentadas e torna patente a necessidade de, com brevidade, se retomar esse trabalho de actualização das regras de inscrição e dos regulamentos de estágio e de exame face ao novo quadro vigente.

Estágios – Em 2009, a Comissão de Inscrição continuou a promover visitas a diversas escolas de ensino superior com o objectivo de aferir das condições de funcionamento das modalidades regulamentares de dispensa de estágio protocoladas – estágios curriculares (EC) e projectos de simulação empresarial (PSE). Para além disso, aproveitou a oportunidade para recolher informação quanto ao posicionamento do meio académico perante vários cenários possíveis de evolução futura do acesso à profissão. A apreciação dos resultados permitiu concluir da existência de uma grande disparidade quanto ao correspondente número de ECTS dessas unidades curriculares e de um consenso bastante amplo em torno da proposta formalizada junto da Direcção (Proposta de alteração do Regulamento de Estágio Profissional da CTOC, artigo 26.º n.º 1, al. a)), quanto ao número mínimo de ECTS necessários nestas unidades curri-

culares para efeito de dispensa de estágio profissional – 15 ECTS.

Das modalidades de estágio permitidas pela CTOC para o acesso à profissão – estágio profissional, estágio curricular ou disciplina de projecto PSE – verificou-se que a dispensa de estágio (estágio curricular ou PSE) foi a modalidade mais utilizada. De facto, dos 671 membros admitidos em 2009, apenas 87 (13 por cento) fizeram o estágio profissional.

A oferta escolar existente facilita o recurso à modalidade de dispensa de estágio (PSE ou EC) pela via curricular, por parte dos candidatos.

De alguma forma, essa disponibilidade das escolas permitiu aliviar a pressão sobre a OTOC, dada a falta de tradição dos patrocínios neste domínio.

Tendo em conta a vigência dos protocolos estabelecidos com alguns estabelecimentos de ensino para a dispensa de estágio profissional no acesso à inscrição, e as recentes alterações dos programas curriculares nas escolas, e ainda a necessidade de adequação desses programas à realidade da instituição e à experiência adquirida, antecipamos a continuação das visitas às escolas e a sua importância fundamental para a revisão dos protocolos a celebrar/renovar.

Estágios profissionais – Como resultado da reflexão tida relativamente a esta matéria, ao fim de cinco anos de experiência com estágios profissionais, a Comissão de Inscrição apresentou no seu plano de actividades para 2008 a sua intenção de proposta de alteração do Regulamento de Estágios, que veio a concretizar em 18 de Março de 2008 (Nota Interna n.º 10/IV), como referido. Entre outras medidas propôs-se o seguinte:

- Alargamento do período do estágio para oito meses e o mínimo de 800 horas;
- Incentivos aos patronos: maior sensibilização para o papel crucial dos patronos no efectivo funcionamento dos estágios e instituição de medidas de reconhecimento e apreço pelas “boas práticas” reconhecidas (frequência de acções de formação a título gratuito e créditos atribuídos para efeitos do Regulamento do Controlo de Qualidade);
- Controlo acrescido com acompanhamento integral de todos os estágios pelas equipas de supervisão e eventual reporte para o Controlo de Qualidade.

Nesta fase de entrada em vigor do novo estatuto da Ordem, consideramos ser fundamental a implementação de medidas que promovam o desenvolvimento dos estágios profissionais e favoreçam a plena inte-

gração destas práticas nos requisitos de inscrição. Em relação aos estágios iniciados constatámos o seguinte:

envolvimento do projecto em vigor na escola, a Comissão de Inscrição emite opinião quanto à sua validade, em termos dos objectivos preconizados

Estágios profissionais – Acompanhados/com aproveitamento

Estágios profissionais	2004		2005		2006		2007		2008		2009		Total	
Iniciados	671		777		308		224		211		165		2 356	
Acompanhados	456	68%	328	42%	225	73%	196	88%	206	98%	160	97%	1 571	67%
Com aproveitamento	628	94%	692	89%	277	90%	210	94%	200	95%	59	36%	2 066	88%

Depois de um aumento dos estágios profissionais iniciados em cada ano, até 2005, verifica-se uma progressiva redução desde essa data. A redução deste número tem permitido um maior acompanhamento e supervisão dos estágios. Com efeito, nos últimos dois anos foi possível supervisionar a quase totalidade dos estágios iniciados. No final de 2009, encontravam-se em curso 105 estágios.

para o estágio profissional, para de seguida propor à Direcção o estabelecimento de protocolo para dispensa de estágio profissional (artigo 26.º do Regulamento de Estágio).

No decurso de 2009, e à semelhança do que aconteceu em situações anteriores, foi visitada uma escola, tendo-se confirmado o bom funcionamento do protocolo.

Relatórios de estágios profissionais deliberados

Relatórios de estágios profissionais	2004		2005		2006		2007		2008		2009		Total	
Deliberados	325	100%	714	100%	563	100%	240	100%	226	100%	169	100%	2 237	100%
Com aproveitamento	325	100%	688	96%	543	96%	235	98%	225	99%	169	100%	2 185	98%
Sem aproveitamento	0	0%	26	4%	20	4%	5	2%	1	1%	0	0%	52	2%

Em 2009, a Comissão de Inscrição analisou 169 relatórios de estágios concluídos. Em 2008 tinham sido analisados 226 estágios, com um caso sem aproveitamento. A pedagogia resultante de um integral acompanhamento dos estágios profissionais permitiu que estes se realizassem em consonância com os princípios e objectivos definidos diminuindo, por consequência, o número de deliberações de estágios sem aproveitamento.

Estágios curriculares - Durante o ano de 2009, a Comissão de Inscrição continuou a verificar o funcionamento dos estágios curriculares protocolados com as escolas para efeitos de dispensa de estágio profissional. O processo de verificação e acompanhamento de estágios curriculares já protocolados abrangeu três escolas, que cumpriam o estipulado no protocolo.

Disciplina de projecto (Projecto de Simulação Empresarial - PSE) - Quanto aos projectos de simulação empresarial (PSE), continuou-se a prática seguida de a Comissão de Inscrição confirmar primeiro, na respectiva escola, as condições de funcionamento do projecto em plena actividade. Verificado o de-

Experiência profissional - Em 2009, o número de candidatos a Técnicos Oficiais de Contas que recorreu a esta modalidade para a dispensa de estágio profissional ascendeu a 163.

A análise desta questão exige a recolha e certificação de elementos que comprovem a experiência profissional do candidato.

Constatou-se que esta situação não tem correspondência no regulamento de taxas e emolumentos, pelo que esta Comissão sugeriu à Direcção a supressão desta lacuna (Nota interna n.º 24-IV, de 2 de Abril de 2008). Na adaptação que se vier a fazer das normas e regulamentos ao Estatuto da Ordem, consideramos muito oportuno contemplar desta situação.

Exames profissionais - Em 2009 realizaram-se três épocas de exame - Março, Junho e Outubro. De acordo com o estabelecido no Regulamento de Exame (artigo 4.º), o mesmo consta de duas provas escritas: uma prova sobre Matérias Estatutárias e Deontológicas (MED), com a duração de uma hora e uma prova pluridisciplinar de avaliação profissional (AP), sobre matérias de CG (Contabilidade Geral), CA (Contabi-

lidade Analítica ou de Gestão) e FP (Fiscalidade Portuguesa), com duração de três horas.

O número total de candidatos submetidos aos três exames em 2009 foi de 3 588, tendo sido admitidos como membros 671 (19 por cento).

Do total dos candidatos submetidos a exame:

- 2 365 realizaram apenas a prova de avaliação profissional (CG/CA/FP), pois os candidatos estavam dispensados da prova de MED; e
- 1 224 realizaram as duas provas (exame completo - MED/AP).

As percentagens de aprovações nestes exames foram as seguintes:

Percentagem de aprovação em exames

% de aprovações	Março	Junho	Outubro	2009
AP (dispensa de MED)	26	9,6	6	12,2
MED + AP	13	4,9	3	6,1
Total	39	14,5	9	18,4

O número de revisões / recursos apresentados relativamente aos resultados dos exames realizados em 2009, bem como as respectivas conclusões, estão patentes no quadro seguinte.

Revisões/recursos em exames

2009	N.º total de canddatos	Revisões	Recursos	Revisões + Recursos	%
	1	2	3	4 = (2) + (3)	5 = (4)/(1)
Mar	950	7	24	31	3,26
Jun	943	6	10	16	1,70
Out	1 696	7	n.d.	7	0,41

Actividades administrativas da Comissão de Inscrição - O exercício das competências atribuídas à Comissão de Inscrição em termos estatutários implica o desenvolvimento sistemático de tarefas de controlo e verificação de processos e deliberações associadas à inscrição na lista dos Técnicos Oficiais de Contas, como sejam: esclarecimentos diversos, pedidos de inscrição, pedidos de cancelamento e suspensão voluntários, pedidos de reinscrição, controlo e verificação de estágios profissionais, confirmação de dispensa de estágio profissional pela via da experiência profissional, preparação, verificação dos resultados e divulgação dos exames profissionais, revisões de provas e recursos.

Da actividade em 2009 apresentam-se, de seguida, algumas estatísticas:

N.º de reuniões da CI	49
Presenças de membros da CI na OTOC	646
Notas internas emitidas pela CI	81
Correspondência recebida na CI	4 955
Cartas emitidas e assinadas pela CI	3 459
Distribuição e controlo de estágios profissionais	106
Preparação e expedição de provas de exame	5 500
Verificação dos resultados em provas de exame	4 813

Outras actividades da Comissão de Inscrição - O Presidente da CI foi designado para representar a OTOC no Conselho Consultivo da Agência da Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar tem como competências as evidenciadas no artigo 41.º do EOTOC, ou seja, toda a gestão e enquadramento em termos disciplinares dos Técnicos Oficiais de Contas.

Em 2009, reuniu em 50 sessões plenárias que totalizaram cerca de 185 horas.

O Conselho realizou, em 2008 e 2009, as sessões que se indicam:

Mês	N.º de reuniões	
	2008	2009
Janeiro	4	4
Fevereiro	4	3
Março	5	5
Abril	4	3
Maio	4	4
Junho	5	5
Julho	4	5
Agosto	4	5
Setembro	5	4
Outubro	4	4
Novembro	4	5
Dezembro	4	4

Em 2009, foram recebidas 2 278 participações que, após analisadas, deram lugar à instauração de 1 781 processos disciplinares, dos quais 1 433 processos disciplinares por quotas em atraso, 279 processos de

Estatística do Conselho Disciplinar

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Acumulado
1 - N.º de TOC inscritos na OTOC ⁽¹⁾	55 645	7 513	4 921	7 825	3 988	1 613	2 123	795	866	923	671	86 883
2 - N.º de participações recebidas:	76	111	90	897	1 902	5 103	468	6 810	3 673	2 119	2 006	23 254
2.1 - Quotas	—	—	—	748	1 641	4 795*	—	6 235*	3 147*	1 447*	1 484*	19 497
2.2 - Outras	76	111	90	149	261	308	468	575	526	672	521	3 757
3 - Correspondência expedida ⁽²⁾	N.D.	551**	1 066	2 176	6 320	12 166	12 536	18 430	23 893	18 646	17 925	11 158
4 - N.º processos de inquérito abertos (PI)	32	23	47	68	96	150	225	344	332	312	279	1 908
5 - N.º processos disciplinares instaurados (PD)	43	69	47	794	1 784	4 288	496	5 835	3 194	1 674	1 781	20 005
5.1 - Quotas	—	—	—	748	1 645	4 171	331	5 686	3 073	1 387	1 433	18 474
5.2 - Outras ⁽³⁾	43	69	47	46	139	117	165	149	121	287	348	1 531
6 - N.º de acórdãos emitidos:	30	54	77	60	1 135	1 952	2 055	1 514	4 978	2 856	2 407	17 118
— com penas aplicadas	—	—	—	—	158	56	262	375	1 552	630	688	3 721
— Outras	—	—	24	19	27	41	28	60	115	116	215	645
— de arquivamento	—	—	—	—	895	1 803	1 718	1 007	3 169	1 908	1 179	11 679
— Outras	30	54	53	41	55	52	47	72	142	202	325	1 073
7 - Processos em curso (O total é calculado p/ano de inst. processo)	—	—	—	—	10	105	104	1 084	709	578	1 442	4 032
— PI	—	—	—	—	—	3	21	103	150	158	220	655
— PD (3)	—	—	—	—	1	10	36	32	36	104	242	461
— PDQ	—	—	—	—	9	92	47	949	523	316	980	2 916
8 - N.º de juristas a colaborar com o CD	1	1	1	1	3	4	5	8	8	8	9	—
9 - N.º de administrativos a colaborar com o CD	—	1	1	1	1	2	2	4	5	6	6	—
10 - N.º de membros do CD	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	—
11 - N.º de sessões plenárias	27	36	45	40	48	48	45	46	48	51	50	484

(1) Inclui as inscrições que, entretanto, foram anuladas por suspensão, cancelamento e óbito, no total de 13 462, pelo que os activos ascendem a 73 421 TOC.

(2) Para outros órgãos/departamentos ou para o exterior.

(3) Inclui PI convolados em PD e PD reabertos.

* Total de remessas da Direcção. Após filtragem dos dados, alguns processos não são instaurados, por regularização da dívida de quotas ou outra situação.

** Desde Março de 2000.

inquérito e 111 apensações a processos já existentes. Em 2009, também verificou 3 558 peças processuais de que resultou:

- A análise de 981 despachos de acusação (incluindo os relativos a quotas);
- A aprovação de 1 500 relatórios com proposta de arquivamento (incluindo os relativos a quotas);
- A aprovação de 180 relatórios com proposta de convolução de processo de inquérito em disciplinar; e;
- A aprovação de 897 relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar.

No âmbito destas peças processuais foram elaborados e expedidos 7 291 ofícios de instrução e foram inquiridas na sede da Ordem e externamente 95 testemunhas. Finda a instrução dos processos, analisados e verificados os relatórios apresentados e todos os elementos

de prova que constam dos autos, decidiu-se através da prolação do competente acórdão.

No âmbito do julgamento dos processos instaurados/abertos, realizou:

- 2 405 julgamentos dos quais 1 865 relativos a quotas e 540 de não quotas, sendo que destes resultou o arquivamento de 1 505 processos e a aplicação de 900 penas disciplinares, com a seguinte graduação:
 - 481 penas de advertência;
 - 401 penas de multa;
 - 13 penas de suspensão; e
 - 5 penas de expulsão.

Relativamente ao tipo de infracções cometidas que deram lugar a sanções aplicadas pelo Conselho Disciplinar, podemos analisar a natureza no quadro que se segue:

- Em 2009 analisou e deliberou sobre 72 requerimentos de revisão de acórdão, tendo deferido 30 e indeferido 42.
- No âmbito das suas atribuições, efectuou 372 comunicações internas para os órgãos e departamentos da Ordem.
- Para além dos 7 291 ofícios emitidos e já atrás referidos, foram expedidas pelo CD 10 075 notificações e recebidas 17 850 registos de entrada de correspondência. Pelo quadro ao lado, pode verificar-se a estatística deste Órgão reportada a 31 de Dezembro de 2009.

Conselho Técnico

O Conselho Técnico (CT), no âmbito das suas competências, previstas no artigo 44.º do anterior Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), desenvolveu várias actividades durante o ano de 2009) das quais se destacam como relevantes as seguintes:

Formação - Nos termos das competências que estatutariamente lhe estão atribuídas, o Conselho Técnico concebeu e elaborou o Plano de formação para o ano de 2009 que foi aprovado pela Direcção.

De acordo com aquele plano, efectuou o convite para elaboração dos manuais para a formação, procedendo à sua revisão e controle.

Elaborou a estrutura curricular das acções de formação a ministrar, dando dela conhecimento aos membros, através do site da Ordem.

Participou, com especial relevo, para a formação eventual, tendo estado um seu representante presente em todas as acções de formação realizadas.

Formação recorrente - Tendo em conta o interesse demonstrado por Técnicos Oficiais de Contas, foram realizadas seis acções sobre os temas recorrentes nos modelos de acções de formação permanente e segmentada, e que a seguir se indicam:

1. Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedade (aspectos contabilísticos);
2. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC;
3. O reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (actual normativo *versus* SNC);
4. O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC);
5. SNC - Princípios básicos;
6. CIRC e CIVA - Actualização.

Comissões - A operacionalidade e o tratamento de



➤ As acções de formação somaram mais de 200 mil presenças

alguns assuntos e trabalhos específicos, na sequência de decisões da Direcção, são concretizados através de Comissões, constituídas por elementos do CT e/ou personalidades de reconhecido mérito que enumeramos:

Grupos de trabalho/Comissões exclusivamente com elementos do CT - Representação na CNC - Durante o ano de 2009, e de forma a representar a OTOC no Conselho Geral (CG) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) continuaram como elementos efectivos Avelino Antão e Cristina Gonçalves, e como elementos suplementes Rui de Sousa e Amadeu Figueiredo. Neste sentido, a Ordem esteve representada em todas as reuniões da Comissão Executiva, por Cristina Gonçalves, e no Conselho Geral, por Avelino Antão e Cristina Gonçalves. Os representantes da OTOC, na CNC, após a aprovação do novo Regime Jurídico de Organização e Funcionamento (Decreto-Lei n.º 160/2009, de 13 de Julho, iniciaram funções no dia 12 de Novembro de 2009.

Comissões integrando personalidades externas ao CT - Comissão para a Contabilidade Pública - Constituída por João Carvalho que preside, Domingos Cravo e Avelino Antão como vogais, durante o ano de 2009 continuou a sua actividade nomeadamente com propostas para formação eventual e formação em sala, tendo dinamizado outros eventos e mantendo a sua ligação com as entidades públicas com responsabilidades na normalização contabilística para as contas daquelas entidades.

Comissão para o Controlo da Qualidade - O Conselho Técnico manteve a sua colaboração com a Comissão para o Controlo de Qualidade, através do vogal Lopes Pereira, que preside à comissão. Da actividade desta comissão será dado conhecimento em relatório próprio, que fica em anexo.

Comissão para a Formação à Distância - A Comissão para a Formação à Distância (CFD) constituída por Rui de Sousa, Maria José Fernandes e Guilhermina Freitas, em sintonia com o Conselho Técnico, levou a efeito as acções previstas conforme calendarização prévia, tendo assegurado o cumprimento do plano de formação aprovado para o ano de 2009, em estreita ligação com a Direcção. Ao longo da evolução deste projecto as actividades da CFD foram progressivamente alargadas, na tentativa da melhor agilizar as tarefas a executar.

Para o desenvolvimento das actividades acima descritas a Comissão realizou diversas reuniões de trabalho com os representantes da Novabase e com a Direcção.

Comissões com outros órgãos da CTOC: eXtensive Business Report Language (XBRL) - Constituída pelos membros do CT, Avelino Antão, Cristina Gonçalves e Rui de Sousa esta comissão foi criada na sequência da decisão tomada pela Direcção da OTOC, tendo enviado à Direcção, em Abril 2008, a primeira proposta de projecto de estatutos para a Associação XBRL - Portugal.

Comissão para o CD-ROM - Esta comissão eventual, constituída para o tratamento do conteúdo, estrutura, ordenação e organização das temáticas que integram o CD-ROM, composta por Filomena Moreira, que preside em representação da Direcção, Amadeu Figueiredo, em representação do Conselho Técnico, pelos responsáveis do CD-ROM, Vitor Mesquita e Francisco Simões, e ainda os TOC Jorge Barbosa, Manuel Teixeira e Rui Ramos, em representação dos TOC das zonas Norte, Centro e Sul. Concluídos os

trabalhos, o relatório com sugestões de melhoria foi apresentado à Direcção.

Trabalhos produzidos pelo CT e entregues à Direcção: proposta de «Projecto para a identificação do perfil dos Técnicos Oficiais de Contas» - Foi apresentado pelo Conselho Técnico uma proposta de estudo a ser desenvolvida por um conjunto de especialistas com a missão de definir o perfil do Técnico Oficial de Contas.

Participação do Conselho Técnico em eventos - O Conselho Técnico, a exemplo de anos anteriores, participou com trabalhos e esteve representado em eventos organizados pela OTOC e outros promovidos por outras entidades.

Em organizações e eventos promovidos pela OTOC:

- Júri de Exame sobre matérias estatutárias e deontológicas, para candidatos à inscrição como Técnicos Oficiais de Contas;
- Júri do «Prémio Prof. Doutor António Sousa Franco»;
- Revista Científica da OTOC, «Contabilidade e Gestão»;
- Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 5.^a edição - ano de 2007, realizada no Auditório da OTOC, em Lisboa;
- «As alterações introduzidas nos cursos por efeitos do Processo de Bolonha.» Nesta conferência estiveram presentes exclusivamente docentes universitários e membros dos Órgãos da OTOC. Realizou-se em 11 de Fevereiro em Lisboa, Évora, Coimbra e no Porto;
- Conferência «A responsabilidade civil extracontratual do Estado.» Presença na Conferência realizada em 19 e 20 de Fevereiro em Lisboa e Santa Maria da Feira, respectivamente.
- Conferência comemorativa dos 250 Anos da Aula de Comércio. Presença nesta comemoração organizada pela OTOC em colaboração com o ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, realizada no Centro de Congressos de Lisboa a 27 de Abril sob o tema «I Jornadas europeias da Primavera no ISCAL» e a 28 de Abril sob a égide das «Novas tendências da Fiscalidade.»
- Apresentação do livro «Harmonização Contabilística Internacional» dos autores Renato Pereira, Mariana Estevam e Rui Almeida, realizada a 22 de Abril, no Auditório da OTOC;
- Inauguração da representação permanente da OTOC na cidade de Faro, a 4 de Julho;

- III Congresso dos TOC – sob o tema «Construindo o futuro», realizado nos dias 24 e 25 de Setembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa;
- IV Conferência Internacional sob o tema «Problemas contabilísticos e fiscais das PME», organizada sob a orientação do Gabinete de Estudos da OTOC, em colaboração com o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF);
- CILEA – XIX Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América, subordinado ao tema «O papel dos TOC no combate à crise», que se realizou no Centro de Congressos de Lisboa.

Em organizações e eventos promovidos por outras entidades:

- Deslocação a Moçambique, em representação da OTOC, em colaboração com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), para participar numa série de conferências, e numa acção de formação sobre a implementação do Plano Geral de Contabilidade – NRF, de Moçambique (no âmbito da adopção das normas internacionais de contabilidade), e ainda reuniões com entidades, destacando-se:
- Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria (ISCAM);
- Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM);
- Universidade Eduardo Mondlane (UEM)
- Universidade Mussa Bin Bique (UMBB)
- Sociedade de Advogados «Sal & Caldeira – Advogados e Consultores, Lda.»
- Audiência com o presidente da Autoridade Tributária de Moçambique.
- Reunião na sede do Banco Mundial, em Washington, com a presença do presidente do Banco Mundial, os representantes da OTOC (Domingos de Azevedo, Jaime dos Santos e Avelino Antão), e do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC), tendo em agenda o protocolo de transferência de conhecimentos para os Países de Língua Oficial Portuguesa e o eventual financiamento deste programa;
- XX Encontro Nacional de Docentes de Contabilidade do Ensino Superior, organizado pela ADCES, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, sob o tema «A Contabilidade: contribuição para uma informação credível»;
- Apresentação da audição pública do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), realizada no auditório da Direcção de Finanças de Lisboa, com a

presença do ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos;

- IX Jornadas de Contabilidade, sob o tema «Normas Internacionais de Contabilidade», realizada pela Escola Profissional de Gaia, com uma apresentação sobre o SNC por um representante do Conselho Técnico da OTOC;

- Sessão para a entrega do «Prémio Prof. Doutor Rogério Fernandes Ferreira». Organização conjunta do Centro de Estudos de Gestão do ISEG, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, realizada no Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa.

- Reunião, em Madrid, com o Conselho Geral de Economistas de Espanha, realizada no Colégio de Economistas de Madrid, fazendo parte da agenda: a identificação das eventuais diferenças de tratamento na transposição do Regulamento (CE) n.º 1 606/02, para o direito interno e os seus efeitos nas demonstrações de relato financeiro. Participaram, em representação da OTOC, Domingues de Azevedo, Manuel Vieira, Filomena Moreira e Lopes Pereira;

- Conferência realizada pela OTOC em parceria com a «TSF – Rádio Notícias», no Centro Cultural de Belém, sob o tema «Perspectivas fiscais e recuperação económica»;

- Conferência realizada pela OTOC em parceria com a «TSF – Rádio Notícias», no Seminário de Vilar no Porto, sob o tema: «Fiscalidade e Poder Local»;

- Conferência «O Sistema de Normalização Contabilística na Óptica da Comissão de Normalização Contabilística», organizada pela CNC, no auditório da Direcção de Finanças do Distrito de Lisboa. O presidente do Conselho Técnico da OTOC, Avelino Antão, fez uma apresentação sob o tema «A óptica dos profissionais no âmbito do SNC»;

Em publicações – O Conselho Técnico, a exemplo dos anos anteriores, também em 2009 assegurou a elaboração de textos e artigos sobre temas contabilísticos, fiscais e matérias ligadas à profissão, para publicação na Revista «TOC».

Refira-se ainda a entrevista do presidente do Conselho Técnico à Revista «TOC» (n.º 109, de Abril de 2009), com o título «A confiança é o *core business* dos TOC.»

Estrutura funcional da OTOC

Departamento e serviços

Qualquer organização, para funcionar e atingir os objectivos a que se propõe, tem que dispor de uma

estrutura organizacional que dê corpo no dia-a-dia às suas preocupações, não só perante os membros, mas também perante a sociedade em que se insere.

Uma imagem de desorganização não é seguramente veículo capaz de granjear o respeito social.

A estrutura funcional da Ordem encontra-se concebida para responder às questões concretas inerentes às necessidades dos seus membros e da própria Instituição, agrupando-se os serviços por homogeneidade de funções.

Ela divide-se em departamentos e serviços, dependendo a classificação da dimensão da estrutura ou da sua função dentro da organização. Para uma melhor compreensão, apresentam-se as estruturas funcionais da Ordem:

Apoio aos Órgãos

Este departamento que funciona na dependência directa do presidente da Direcção, tem como função o apoio directo ao presidente e restantes directores, bem como, através dos seus colaboradores, assegurar o apoio administrativo aos restantes Órgãos, comissões eventuais e permanentes, bem como à Revista Científica de «Contabilidade e Gestão».

A sua função compreende também a coordenação do funcionamento de todas as representações permanentes.

Tem ao seu serviço 26 colaboradores e é coordenado por Maria João Franca.

Os objectivos deste departamento dirigem-se directamente ao apoio administrativo e de secretariado ao presidente da Direcção, directores e aos Órgãos da OTOC: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Comissão de Inscrição e Conselho Técnico e representações permanentes. É feito um acompanhamento a todas as tarefas promovidas pelas entidades referidas, constituindo rotina os seguintes procedimentos:

- Secretariado, agenda, recepção e tratamento da correspondência do presidente;
- Redacção das actas das reuniões de Direcção e desta com os restantes órgãos da OTOC;
- Secretariado ao presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Redacção das actas das assembleias-gerais;
- Secretariado aos directores;
- Tratamento de toda a correspondência remetida para a Direcção;
- Notas internas da Direcção para os diversos depar-

tamentos e Órgãos da OTOC;

- Secretariado à Comissão de Inscrição, Júri de Exame, Conselho Técnico, Gabinete de Estudos, Comissão do Controlo da Qualidade, Comissão da Formação à Distância, Comissão de História da Contabilidade e Revista «Contabilidade e Gestão»;
- Contactos com as organizações estrangeiras congéneres;
- Expedição de correspondência para entidades oficiais;
- Protocolos;
- Coordenação e apoio aos contratos em vigor com fornecedores de bens e serviços;
- Arquivo, no âmbito das funções que desempenha;
- Promoção e organização de eventos da responsabilidade da Direcção;
- Organização de viagens e marcações de estadias dos membros dos diversos Órgãos da OTOC;
- Marcação de viagens e estadias dos colaboradores do departamento jurídico, departamento técnico e assessores do presidente (com excepção das acções de formação);
- Tratamento de toda a correspondência remetida para a Direcção;
- Economato;
- Biblioteca;
- Recepção aos TOC e candidatos;
- Atendimento da central telefónica;
- Serviços externos;
- Serviço de vigilância do edifício-sede;
- Serviços de limpeza do edifício-sede;
- Serviços de fornecimento de bens de manutenção;
- Manutenção das viaturas;
- Representações da OTOC.

Em 2009, e em particular no secretariado da Direcção, foram alvo de tratamento especial os seguintes dossiês: registo da correspondência e separação entre o presidente, Direcção e departamentos e outros Órgãos; Controlo de Qualidade - respostas escritas por carta, «Pasta TOC» e *e-mail*; respostas por telefone; organização do processo das entidades equiparadas e organização do processo das acções de formação validadas, organização dos processos dos controlos de qualidade (controladores e TOC controlados); seguros da OTOC: apólice do seguro de grupo de responsabilidade civil profissional; seguro de saúde dos TOC e colaboradores da OTOC; protocolo OTOC/BES; fundo de pensões; medicina do trabalho;

organizações internacionais (CILEA, EFAA, FEE, CFC e IFAC); Congresso do CILEA; III Congresso dos TOC; Conferência do Gabinete de Estudos; Encontro de História da Contabilidade; cerimónias de recepção aos novos membros; jantar convívio de Natal; Exames – apoio administrativo e presencial, nos três exames realizados a nível nacional; Revista «Contabilidade e Gestão»: apoio administrativo e contactos com os *referees* e autores; biblioteca – gestão do programa e do espaço e sua organização; economato, gestão do programa, organização, compras e distribuição; arquivo geral da OTOC, organização e manutenção dos espaços -1 e -2; gestão do espaço para inquirição de testemunhas no âmbito do Conselho Disciplinar; deslocações do presidente no País e ao estrangeiro; deslocações de todos os elementos dos órgãos da OTOC em representação da OTOC; representações da OTOC – organização dos serviços a prestar e apoio em todas as acções de formação promovidas pela OTOC; apoio administrativo aos assessores do presidente.

Secretariado à Direcção:

Actas da Direcção: 32;

Notas internas para os departamentos e serviços: 26

Notas internas para os Órgãos da OTOC:

- Conselho Disciplinar: 8;

- Comissão de Inscrição: 43;

- Conselho Técnico: 17;

- Protocolos enviados para o exterior: 52.

Correspondência entregue por protocolos internos:

- Conselho Técnico: 9;

- Conselho Disciplinar: 336;

- Comissão de Inscrição: 31.

Protocolos (memorandos, notas internas) recebidos:

- Conselho Técnico: 52;

- Conselho Disciplinar: 482;

- Comissão de Inscrição: 101;

- Conselho Fiscal: 48;

- Comissão da História da Contabilidade: 47.

Correspondência recebida e despachada pela Direcção e entregue:

- Departamento técnico: 138;

- Departamento jurídico: 7 926;

- Departamento de funcionamento: 1 144;

- Assessores do presidente: 479.

Correspondência expedida (diversos assuntos): 230.

Correspondência expedida (Controlo de Qualidade): 899.

«Pasta TOC» – respondidas (maioria Controlo de Qualidade): 3 218.

Entidades equiparadas conforme RAC: 39.

Acções de formação validadas conforme RAC: 617.

Correspondência expedida de recusa de assinatura, artigo 54.º do EOTOC: 497.

Correspondência expedida, artigo 58.º do EOTOC: 129;

Autorização de pagamentos faseados: 385;

Peritos: 126;

Emprego: 15;

Fundo de pensões: 15;

Seguro de saúde: 19.

Secretariado à Mesa da Assembleia Geral:

Actas: 3 – relativas a três AG (em 28 de Março na Guarda; em 16 de Novembro em Lisboa – AG extraordinária – e, em 19 de Dezembro, em Lisboa)

Revista «Contabilidade e Gestão»:

Em 2009, foram recebidos 25 artigos que foram submetidos a apreciação de *referees*.

Secretariado à Comissão de Inscrição:

Actas da Comissão de Inscrição: 49;

Protocolos para os diversos departamentos: 508;

Notas internas para Órgãos: 81;

Notas internas ao departamento de funcionamento com cancelamentos voluntários, suspensões voluntárias, cancelamentos officiosos e reinscrições após cancelamento e suspensão voluntária: 61;

Actas do júri de exame: 6;

Exames: 3;

Fotocópias tiradas das provas de exame: 117 520.

Secretariado ao Conselho Técnico:

Actas do Conselho Técnico: 21;

Memorandos: 52;

Actas da Comissão do Controlo de Qualidade: 15;

Notas internas: 22;

Processos (controladores/TOC controlados): 700;

Actas do Gabinete de Estudos da OTOC: 11.

Telefonemas atendidos: 32 798.

Recepção: – atendimento presencial: durante o ano de 2009, foram atendidas 4 828 pessoas, o que confere uma média de 18/19 por dia.

É composto por 26 colaboradores, incluindo os residentes nas representações distritais.

Comunicação e Imagem

Conforme o próprio nome indica, este departamento tem sob a sua responsabilidade as questões relacionadas com a comunicação da Ordem e a sua imagem no exterior.

As áreas sob a sua responsabilidade têm-se revelado fundamentais para a comunicação da Instituição com os seus membros, facilitando e construindo uma imagem una e coesa da OTOC.

Tem ao seu serviço sete colaboradores, é coordenado por Roberto Ferreira e funciona na dependência directa do presidente da Direcção.

No âmbito das suas competências tem desenvolvido as seguintes actividades:

- Assessoria de imprensa ao presidente da OTOC;
- Coordenação e edição de todas as publicações da OTOC: Revista «TOC», «Contabilidade e Gestão», manuais e brochuras de apoio a seminários e conferências, «Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses»;
- Manutenção e edição do *site*;
- Coordenação das gravações das formações à distância;
- Participação da OTOC nos espaços de opinião dos diversos jornais, «SIC - Notícias» e «TSF»;
- Difusão de informações à Imprensa;
- Elaboração de diversa documentação e cobertura de todas as conferências/seminários da OTOC;
- Produção do CD-ROM;
- Organização e coordenação das conferências com a «TSF»;

- Coordenação, edição e actualização do tempo de antena e do vídeo institucional da OTOC;

- Revista de imprensa diária;
- Recortes de imprensa semanais;
- Supervisiona todos os trabalhos de *design* gráfico e *web design*;
- Coordenação de cerimónias de acolhimento aos novos membros;
- Publicidade institucional.

Em 2009 foram publicados 12 números da Revista «TOC» e um da «Contabilidade e Gestão».

Elaborou-se, diariamente, uma revista de imprensa, distribuída por *e-mail* aos colaboradores. Manteve-se os «Recortes OTOC» e de Imprensa, com periodicidade semanal, disponibilizados aos membros na «Pasta TOC» e aos colaboradores.

Todos os prazos estipulados para a conclusão das revistas e dos CD foram cumpridos.

O grande objectivo, para além do cumprimento das tarefas delineadas, foi também o de sedimentar a presença da OTOC nos *media*, em geral.

Nesse âmbito, a OTOC continuou a colaborar de forma semanal com: «Vida Económica», «Jornal de Negócios», «SIC-Notícias», «TSF» e «Diário de Notícias da Madeira».

Em 2009, na área da comunicação externa, a OTOC



↗ Em parceria com a TSF, a Ordem debateu o estado da fiscalidade com todos os partidos políticos

aprofundou a parceria firmada com a rádio «TSF», na realização do programa diário «Conselho Fiscal», emitido durante a semana, de manhã e à tarde. Para além disso, foram realizadas, em conjunto com a «TSF», duas conferências, uma em Lisboa e outra no Porto. Esta parceria vem realçar o posicionamento da imagem da Ordem na sociedade civil.

A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido a visibilidade da Instituição e da profissão, introduzindo-se maior credibilidade pública. A OTOC foi solicitada pelos *media* com maior frequência face ao ano anterior. O presidente da Direcção foi convidado a pronunciar-se com maior regularidade sobre temas de actualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade.

A grande preocupação foi manter e melhorar a presença e imagem institucional da OTOC no exterior, por um lado, e dar, por outro, ao TOC a melhor informação (actualizada) possível.

Pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir apenas uma leitura através dos números. Contudo, destacamos o que constituiu as principais tarefas desenvolvidas em 2009, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.

Entrevistas ao presidente - Em 2009 realizaram-se 11 entrevistas de fundo ao presidente da OTOC. Foram publicadas, designadamente na «Vida Económica», «Correio da Manhã», «Público», «Jornal de Negócios», «Jornal de Notícias» e «Diário Económico», órgãos de grande visibilidade.

Em muitos dos eventos públicos (conferências) foram realizadas entrevistas ao presidente e efectuadas parcerias com diversos jornais, em termos de *media partner*. Esta situação vem confirmar o “respeito” que a OTOC granjeia na praça pública e junto dos órgãos de comunicação social.

O presidente esteve ainda nos programas «Negócios da Semana» e «Opinião Pública», da SIC - Notícias, «Sociedade Civil», na RTP-2 e no «Fórum da TSF, para além das participações em espaços noticiosos da «RTP» e «RTP-N».

Notícias sobre a OTOC na comunicação social - Em órgãos de comunicação social nacionais e regionais: 109

Referências à OTOC nos *media*

Mês	Referências à OTOC	
	OCS nacionais	OCS regionais
Janeiro	2	17
Feveveiro	1	5
Março	7	6
Abril	8	46
Maio	6	9
Junho	2	3
Julho	11	6
Agosto	16	7
Setembro	21	16
Outubro	10	9
Novembro	3	14
Dezembro	7	7
Total	94	145

Consultório técnico

Consultório técnico	Total
Janeiro	5
Feveveiro	4
Março	5
Abril	4
Maio	4
Junho	9
Julho	5
Agosto	2
Setembro	8
Outubro	7
Novembro	4
Dezembro	3
Total	60

Total de emissões do Conselho Fiscal («TSF»): 255 emissões.

Informações à imprensa -Foram enviadas 33 informações à imprensa - envio, em média, de 50 *emails* para diferentes moradas de órgãos de comunicação social.

Revista «TOC» e «Contabilidade e Gestão» -Em 2009 foram publicados 12 números da Revista «TOC» e um da «Contabilidade e Gestão». Todos os conteúdos foram editados e produzidos pelo DCI.

Livros editados

Livros editados	Autores
Relatório e Contas (versão de luxo)	OTOC
Anuário Municípios Financeiros 2007	João Carvalho; M. ^a José Fernandes; Pedro Camões; Susana Jorge
II Encontro da História da Contabilidade	Comissão de História da Contabilidade
Prémio Prof. Rogério Ferreira	Diversos
Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística	Carlos Grenha; Domingos Cravo; Luís Baptista; Sérgio Pontes

Diversos - O DCI, através do seu serviço de secretariado e de apoio ao CD-ROM, disponibilizou diversa informação aos membros durante 2009, bem como contactou um número considerável de entidades. A presença dos colaboradores do DCI nos eventos realizados pela OTOC foi uma constante, zelando pela imagem da Instituição e garantindo a cobertura jornalística dos mesmos.

Vários	Totais
Telefonemas atendidos	7 553
Emails respondidos	4 080
Cartas enviadas	385
Recortes de Imprensa	54
Revista de Imprensa	260
Dossiê de Imprensa	12

Formação à distância: 35 gravações (apoio técnico de comunicação e imagem)

O DCI coordena, desde a experiência-piloto, as gravações da formação à distância. Compete-lhe orientar no âmbito da comunicação, a prestação dos formadores em todo o processo, bem como harmonizar os formatos disponibilizados aos membros.

Tempo de antena - O DCI produziu e realizou o tempo de antena da Instituição transmitido em Dezembro na «RTP-1» e «RTP Madeira».

Vídeo institucional - O vídeo que resume os 14 anos da Instituição foi actualizado em Setembro para exibição no III Congresso dos TOC.

Intervenções no site - O site da OTOC requer uma manutenção diária quanto à inserção de conteúdos, em especial na secção «OTOC nos *media*», «Comunicados» e «Novidades». Outras, mais pontuais, são

operadas no mosaico central, sempre que a actividade da Ordem o exige.

Em 2009, foram inseridas 266 notícias na secção «OTOC nos *media*», 97 notícias na secção «Comunicados», 94 notícias na secção «Opinião» e 246 notícias na «Revista de Imprensa». O que totaliza 703 notícias. Na secção «Novidades», o ritmo de inserção de notícias foi variável, tendo atingido uma média de cinco por semana. «Pasta TOC» - As inserções na «Pasta TOC» dizem respeito às secções «Newsletter», «Circulares» e «Formação». Registou-se um aumento na secção «Circulares» devido à actualização diária das notícias técnicas.

Inseriram-se 52 edições dos «Recortes OTOC/Imprensa»; inseriram-se 264 «Circulares» informativas aos membros, nomeadamente notícias de natureza contabilística e fiscal. Finalmente, foram ainda colocados 95 *PowerPoint* relativos a conferências e a acções de formação segmentada, eventual e permanente.

Participação em eventos internos e externos - O DCI assegurou, através dos seus colaboradores, a produção de todo o material que foi distribuído nos eventos da OTOC, quer no interior das instalações quer no exterior. Para além do apoio em termos de documentação, apresentação de *PowerPoint*, etc., o DCI procedeu ao acompanhamento de diversas entidades oficiais e VIP, assegurando o tratamento institucional que se exige em situações dessa natureza.

Em resumo, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tem tido um crescimento ímpar na sociedade portuguesa. O seu grau de notoriedade é, indiscutivelmente, uma realidade.

É composto por três técnicos de comunicação e quatro administrativos.

Consultoria

O departamento de consultoria, também designado por departamento técnico, tem como missão analisar e responder às questões específicas relacionadas com o exercício da profissão que os membros colocam à Instituição, bem como apoiar a formação ministrada pela Ordem.

É actualmente constituído por 14 técnicos internos e tem a colaboração de cerca de 17 técnicos externos, coordenado por Ana Cristina Silva, procurando encontrar as respostas às perguntas técnicas que os membros colocam.

É apoiado por três administrativos.

É da sua responsabilidade o atendimento e resposta

das questões de carácter técnico que os membros colocam pelo telefone, bem como a gestão das questões enviadas e recebidas dos colaboradores externos.

Este departamento está sob a responsabilidade do vice-presidente da Direcção.

Em 2009, atendeu 18 211 chamadas telefónicas de membros, o que dá uma média de 1 518 por mês.

Foram remetidos aos membros 8 125 pareceres, tendo os consultores externos elaborado 2 207.

Presencialmente atendeu 471 membros.

Elaborou 167 artigos para o «Jornal de Negócios» e «Vida Económica», com quem a Ordem tem protocolos de colaboração.

Também interveio em 108 *spots* no «Conselho Fiscal» da «TSF».

É composto por 14 técnicos e dois administrativos.

Contabilidade

Este serviço tem como missão a execução da contabilidade da Instituição, bem como o processamento dos salários dos seus colaboradores e todos os actos declarativos com eles relacionados.

Nele trabalham três colaboradores, sendo coordenado por Ana Teresa Pina e está na dependência do director Manuel Vieira.

Em 2009 numerou, classificou e processou 28 272 documentos contabilísticos e estabeleceu a coordenação com outros sectores da Instituição com quem se relaciona.

Correspondência

Este serviço tem como função o registo de toda a correspondência recebida e a sua distribuição pelos respectivos departamentos.

Nele trabalham três colaboradores, a sua coordenação é da da colaboradora Maria Teresa Tavares e a sua funcionalidade é da responsabilidade do director Jaime dos Santos.

No âmbito daquelas funções procede ao registo de toda a correspondência recebida pela Ordem, emissão de cartas sob registo, reencaminha todas as questões e *emails* recebidos com conteúdo técnico para a «Pasta TOC».

Procedeu, em 2009, à recepção de 43 807 cartas, emitiu 23 574 registos CTT, recebeu e encaminhou 15 845 questões da «Pasta TOC», recepcionou 8 300 cheques e 260 vales postais, bem como 13 610 cartas devolvidas onde se inclui correspondência emitida pelo Conselho Disciplinar.

Sistemas Informáticos

O departamento de informática (DSI) tem como missão o tratamento e desenvolvimento de soluções informáticas que se revelem necessárias e adequadas ao bom funcionamento da Ordem.

Nele trabalham seis colaboradores, sendo coordenado por Francisco Regateiro e o seu funcionamento é da responsabilidade do director dos Jaime dos Santos.

Para além dos colaboradores internos é ainda assessorado por dois colaboradores externos peritos em questões de informática e funcionamento de redes.

No âmbito das funções, desenvolveu as seguintes acções:

Procedeu à gestão das bases de dados da Ordem e apoio técnico aos utilizadores internos e aos membros e ainda à manutenção do *site*, *call center* e plataforma da formação à distância;

Foram melhorados alguns aspectos de organização interna, quer no que diz respeito ao funcionamento dos ambientes informáticos de desenvolvimento, teste e produção, como também aos procedimentos internos de monitorização e manutenção, como ainda aos processos de interlocução com parceiros na área do desenvolvimento aplicacional.

O DSI também desenvolveu algumas alterações com visibilidade exterior: a instalação do novo sistema *anti-spam*, a nova designação para a Internet de OTOC.PT e disponibilização aos membros estagiários das funcionalidades *online* relacionadas com a formação.

Ao longo do ano foram desempenhadas diversas tarefas subjacentes aos dados recolhidos e apresentados em seguida:

- Apoio aos membros sobre o funcionamento da «Pasta TOC» e do *site*: 6 874 chamadas telefónicas, 1 181 mensagens de correio electrónico, 237 atendimentos presenciais.
- Instalação, apoio e manutenção de equipamentos informáticos nas representações permanentes.
- Operações para levar a cabo as trocas de dados com entidades exteriores. Neste âmbito, foram trocados e processados os dados referentes a pagamentos de quotas (191 803 por Multibanco, 7 681 através dos CTT, e 11 597 por transferência bancária), e os dados referentes a 2 256 pagamentos para o fundo de pensões.
- Apoio às 34 acções de formação à distância (*emailing* e processamento de dados).
- Gestão da caixa de correio electrónico (1 181 mensagens trocadas).

- Apoio informático interno (2 633 pedidos registados, 254 questões respondidas via «Pasta TOC», 69 envios de *mailing* e *emailing* aos membros).
- Pedidos colocados no *Help Desk*: 653 de suporte técnico, 592 de desenvolvimento Oracle e 461 de suporte administrativo.

Utilização do *site* e da «Pasta TOC»:

- 59 165 mensagens no fórum.
- 120 349 pagamentos *online* por cartão de crédito e por geração de referência de pagamento.
- 3 076 276 acessos ao *site*.
- 2 778 415 páginas visualizadas.
- 7,81 páginas vistas por cada visita ao *site*.

Origem dos acessos ao *site*, por ordem de número de acessos: Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha, França, Brasil, Estados Unidos e Angola.

- 1 656 786 acessos com autenticação de membros registados (mínimo e máximo diários de 259 e 13 800, respectivamente).
- Sete inscrições na «Empresa na Hora».
- 22 888 questões colocadas na «Pasta TOC».

Funcionamento

O departamento que tem vindo a ser designado por funcionamento, em bom rigor, é uma espécie de secretaria-geral.

Uma das suas funções consiste no apoio logístico na organização de todos os eventos que a Instituição realiza, sendo da sua responsabilidade a reserva dos espaços e equipamentos necessários a albergar eventos a nível nacional, a gestão e o registo das presenças, bem como o registo na base de dados dos créditos obtidos pelos membros nas acções de formação ou eventos realizados pela Instituição.

De entre outras funções, realiza uma primeira análise de conformidade dos processos de inscrição recebidos na Ordem, emissão das respectivas cédulas profissionais e registo de entradas e saídas dos membros nas acções de formação.

Nele prestam actividade nove colaboradores, sendo a sua coordenação de Madalena Castanho e a sua funcionalidade da responsabilidade da directora Filomena Moreira.

Em 2009, apresenta os seguintes elementos:

- Tratou 4 401 declarações do artigo 10.º do EOTOC; Atendeu 40 960 chamadas telefónicas (média mensal de 3 413);
- Efectuou 15 041 chamadas (média mensal de 1 253);
- Enviou aos membros 1 479 cédulas profissionais;

- Apoiou todas as acções de formação e eventos relatados neste relatório;
- Procedeu ao registo dos créditos de 9 074 formações equiparadas e de todas as outras ministradas pela OTOC;
- Procedeu a 4 547 alterações no cadastro dos membros por força de alteração de domicílio e nomes;
- Recepcionou e tratou 1 786 processos de candidatura deliberados pela Comissão de Inscrição;
- Enviou aos membros 21 072 cartas relacionadas com processos a decorrer através do departamento;
- Tratou 6 224 processos de candidatura, estágio e exame;
- Respondeu a 5 990 questões colocadas pelos membros na «Pasta TOC»;
- Tratou 228 861 requisições de quotas, anulações e lançamento de alterações;
- Tratou 5 539 requisições que corresponderam a 255 080 vinhetas.

Jurídico

O departamento jurídico, para além de assuntos jurídicos inerentes ao funcionamento da Ordem, tem como missão responder às questões de interpretação do Estatuto e Código Deontológico, bem como quaisquer outras inerentes ao exercício da profissão, com especial relevo para os assuntos de relacionamento profissional.

A instrução dos processos disciplinares, por imposição estatutária, é conduzida por estes profissionais, que, uma vez concluída, é encaminhada para o Conselho Disciplinar.

Nele trabalham 17 juristas, dos quais três são advogados inscritos na Ordem dos Advogados, exercendo em tribunal apenas questões relacionadas com a Ordem.

Ao corpo de juristas e advogados, juntam-se dez colaboradores administrativos que têm como missão o apoio ao funcionamento do departamento.

Coordena o departamento jurídico a colaboradora Filomena Tiago, funcionando na dependência directa do vice-presidente da Direcção, Armando Marques.

Este departamento, entre outras, desenvolve as seguintes actividades:

- A assessoria jurídica interna tem uma maior incidência junto da Direcção, do Conselho Disciplinar e da Comissão de Inscrição e traduz-se no aconselhamento e elaboração de pareceres jurídicos, no âmbito das atribuições e funcionamento destes Órgãos, bem

como na instrução dos procedimentos tendentes à deliberação de cada um deles.

A assistência jurídica aos membros efectiva-se através de contacto telefónico; presencialmente, na sede da Ordem; através da «Pasta TOC» e, mediante pedido formulado por carta ou fax.

Para o público em geral, o apoio jurídico e os esclarecimentos sobre o exercício da profissão, desenvolvem-se nos mesmos moldes, apenas se exclui a «Pasta TOC» dado esta ser uma funcionalidade destinada, em exclusivo, ao contacto entre a Ordem e os seus membros.

Na resolução de conflitualidade entre colegas e entre TOC e clientes e, vice-versa, o departamento jurídico, ausculta, numa primeira abordagem, as partes e procura que estas cheguem a um entendimento. Somente se o conflito for insolúvel e haja indícios de infracção disciplinar, o processo é remetido, através da Direcção, ao Conselho Disciplinar, para apuramento de eventual responsabilidade.

Processos instaurados - Em 2009 foram instaurados 7 599 processos, o que significou um aumento de 10,23 por cento em relação ao ano de 2008 (6 894), dos quais:

Averiguações	1 115
Esclarecimentos	4 660
Pareceres	6
Recursos	87
Pedidos de cancelamento voluntário	1 055
Pedidos de suspensão voluntária	359
Remessa ao Conselho Disciplinar	146
Cancelamentos compulsivos (deliberados pela direcção)	3
Cancelamentos compulsivos (na sequência de aplicação de pena disciplinar)	5
Suspensão compulsiva (na sequência de aplicação de pena disciplinar)	15

Nos processos de averiguações, a grande maioria destina-se a aferir o cumprimento do dever de lealdade e a existência de motivo justificado para não encerrar o exercício fiscal, nos termos e, para os efeitos do artigo 54.º, n.º 2 do EOTOC.

No âmbito dos recursos também se verificou um aumento de decisões favoráveis aos recorrentes no total de 14, o que significou um aumento de 75 por cento relativamente ao ano de anterior (2008 - 8 recursos com provimento).

Comparativamente ao ano de 2008, constata-se:

Averiguações	+ 2,48%
Esclarecimentos	+17,71%
Recursos	+ 171,88%
Pedidos de cancelamento voluntário	- 6,64%
Pedidos de suspensão voluntária	- 29,47%
Remessa ao conselho disciplinar	-28,78%

De notar, que a fase patológica do conflito é dirimida e sancionada pelo Conselho Disciplinar, sendo que todos os juristas são igualmente instrutores de processos disciplinares.

«Pasta TOC» - No ano de 2009 foram respondidas através da «Pasta TOC» 3 689 mensagens. Tal significou um acréscimo de 15,64 por cento relativamente a 2008 (3 190).

De notar, que através da «Pasta TOC» - funcionalidade que ficou disponível de Dezembro de 2005 - já foram respondidas 14 474 mensagens pelo departamento jurídico.

Atendimento

Atendimento telefónico a membros	12 482
Atendimento presencial a membros	621
Atendimento telefónico e presencial a não membros	3 315

Tal significa que se verificou um aumento de chamadas telefónicas de membros de 17,03 por cento (2008 - 10 666 chamadas);

O atendimento presencial a membros registou um decréscimo 10,78 por cento (2008 - 696 atendimentos);

No cômputo global, o atendimento telefónico e presencial a membros totalizou 13 103, o que se traduziu num aumento de 15,32 por cento (2008 - 11 362);

O atendimento telefónico e presencial a não membros também registou um aumento de 23,74 por cento (2008 - 2 679).

Contencioso - O Conselho Disciplinar aplica as penas disciplinares que podem ir desde a advertência, à multa, à suspensão da inscrição até três anos ou mesmo à expulsão da Ordem.

No caso da pena de multa não ser paga voluntariamente, no prazo de 30 dias, após a notificação do acórdão, o processo é encaminhado para cobrança coerciva nos tribunais.

Ações executivas intentadas	391
-----------------------------	-----

Em 2009, o recurso à cobrança coerciva das penas de multa não pagas traduziu-se num aumento de 50,38 por cento (2008 - 260 acções intentadas). No cômputo global, desde 2002, foram já instauradas 1 308 acções executivas, estando concluídas 431. Destas, em 345 foi possível obter o pagamento da pena de multa.

Acções administrativas (recursos de decisões do Conselho Disciplinar)	4
---	---

No total, estão em curso 14 acções administrativas especiais. Destas, dez estão concluídas e em oito a decisão foi favorável à Ordem.

Tesouraria

O Serviço de Tesouraria, conforme o próprio nome indica, tem como função a recepção dos meios financeiros da Ordem, bem como apresentar propos-

tas ao director responsável quanto à sua gestão. Nele trabalham cinco colaboradores que são coordenados por José Carlos Fonseca e funciona na dependência do director Manuel Vieira.

No decurso de 2009, apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

- Emitiu 3 558 cheques e processou 2 404 pagamentos por transferência bancária;
- Recepcionou 10 833 cheques e vales postais;
- Tratou 120 349 pagamentos via *site*;
- Preencheu 2 484 talões de depósito;
- Analisou 3 447 facturas de fornecedores e 1 828 recibos modelo 6 de profissões liberais;
- Tratou e conferiu 276 734 recebimentos dos membros via multibanco. Também recepcionou 708 recebimentos via sistema directo;
- Recepcionou 1 322 *emails* e 678 questões via «Pasta TOC»;
- Atendeu 8 626 chamadas telefónicas e elaborou 271 cartas.*



➤ Mais de cinco mil TOC estiveram presentes no 3.º Congresso realizado no Pavilhão Atlântico

Análise da situação económica e financeira

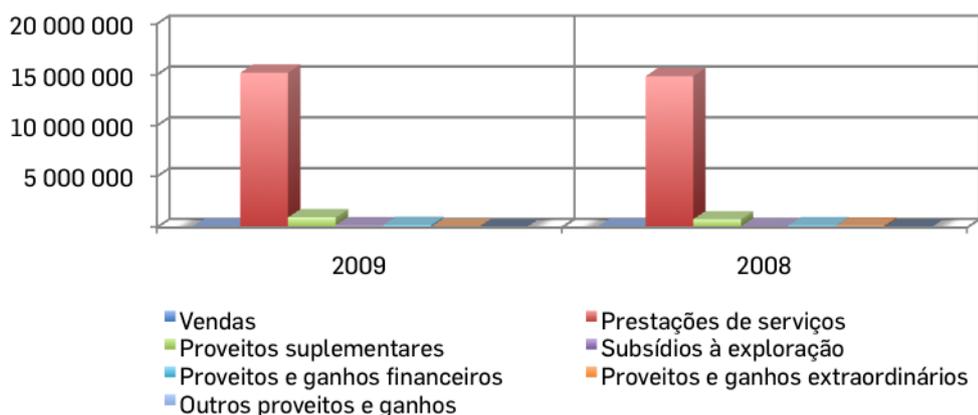
Análise económica

A nossa previsão no Plano de Actividades e Orçamento para 2009 foi mais uma vez confirmada pela realidade. De facto, confirma-se o que afirmámos nesse documento, logo no capítulo da introdução: «A nossa experiência e os excelentes níveis de execução orçamental alcançados continuam a ser os alicerces em que sustentamos as nossas ideias, sendo que acompanharemos com a devida e necessária atenção a evolução do enquadramento global dos projectos, no sentido de os adaptar, sempre que possível, à evolução natural que tudo pode experimentar.»

De facto, merece especial atenção a proximidade entre o orçamentado e o realizado. Registámos um desvio de 0,7 por cento no que toca aos proveitos e ganhos e de 2,8 por cento no respeitante aos custos e perdas. E na análise comparativa com o exercício de 2008, registámos um aumento de proveitos de 3,8 por cento e de custos de 9,2 por cento. De acordo com as demonstrações financeiras, constatamos que o resultado líquido do exercício é de 252 920,10 euros.

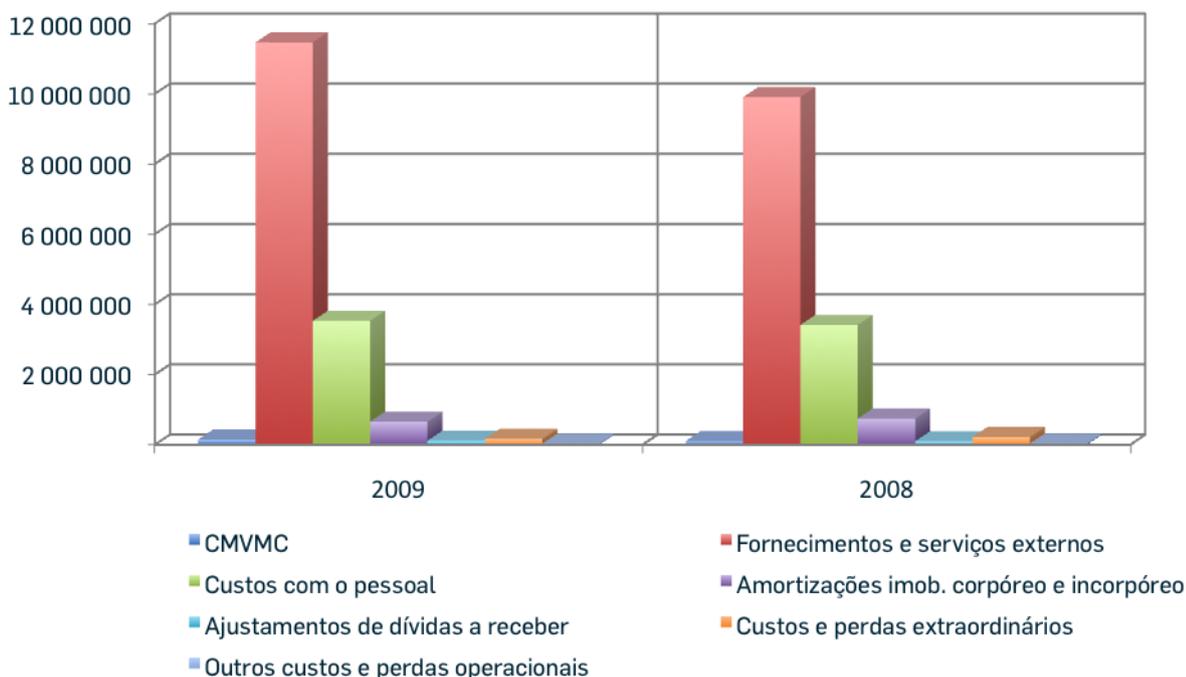
Proveitos e ganhos	2009	2008	Variação	% proveitos	2009/08
Vendas	87 972,12	83 709,79	4 262,33	0,5%	5,1%
Prestações de serviços	15 199 241,50	14 864 157,00	335 084,50	90,3%	2,3%
Proveitos suplementares	986 287,41	787 251,59	199 035,82	5,9%	25,3%
Subsídios à exploração	207 461,58	98 868,64	108 592,94	1,2%	109,8%
Outros proveitos e ganhos	13 711,50	580,00	13 131,50	0,1%	-
Reversões de amortizações e ajustamentos	66 284,98	0,00	66 284,98	0,4%	-
Proveitos e ganhos financeiros	228 736,81	211 121,68	17 615,13	1,4%	8,3%
Proveitos e ganhos extraordinários	33 985,95	169 207,77	-135 221,82	0,2%	-79,9%
Total	16 823 681,85	16 214 896,47	608 785,38	100%	3,8%

Proveitos e ganhos



Custos e perdas	2009	2008	Variação	% custos	2009/08
CMVMC	144 971,60	97 966,70	47 004,90	0,9%	48,0%
Fornecimentos e serviços externos	11 460 778,40	9 899 721,65	1 561 056,75	69,3%	15,8%
Impostos	36 261,49	40 790,56	-4 529,07	0,2%	-11,1%
Custos com o pessoal	3 527 322,72	3 408 968,06	118 354,66	21,3%	3,5%
Outros custos e perdas operacionais	31 400,00	33 521,10	-2 121,10	0,2%	-6,3%
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	656 478,25	740 876,20	-84 397,95	4,0%	-11,4%
Ajustamentos de dívidas a receber	115 323,00	95 299,11	20 023,89	0,7%	21,0%
Custos e perdas financeiros	391 293,19	597 335,93	-206 042,74	2,4%	-34,5%
Custos e perdas extraordinários	163 748,93	217 973,52	-54 224,59	1,0%	-24,9%
Total	16 527 577,58	15 132 452,83	13 951 24,75	100%	9,2%

Custos e perdas



Análise financeira

Da análise do balanço podemos constatar que a nossa Instituição tem vindo a reforçar a sua autonomia financeira, apresentando, a 31 de Dezembro de 2009, um rácio de 52,7, superior ao exercício anterior em 2,3 pontos percentuais.

Conforme é do conhecimento geral, ao contrário do que sucedeu no final de 2008, os fundos de pensões registavam, no fim de 2009, uma evolução positiva. Assim, de acordo com os compromissos assumidos, transferimos a importância de 2 004 031,40 euros para o fundo de pensões, de forma a que o compromisso estivesse satisfeito no final de 2009.

No término do exercício, o saldo da conta fornecedores registava o valor de 957 517,08 euros, um valor superior ao do ano anterior, mas resultante dos custos acrescidos da formação ministrada no último trimestre na

sequência das acima mencionadas acções de formação e informação ministradas por todo o espaço nacional, incluindo as Regiões Autónomas.

Em termos de liquidez geral, e dadas estas circunstâncias, a estrutura do balanço evidencia um decréscimo relativamente ao ano de 2008, passando o rácio de 3,3 para 1,7.

Investimentos

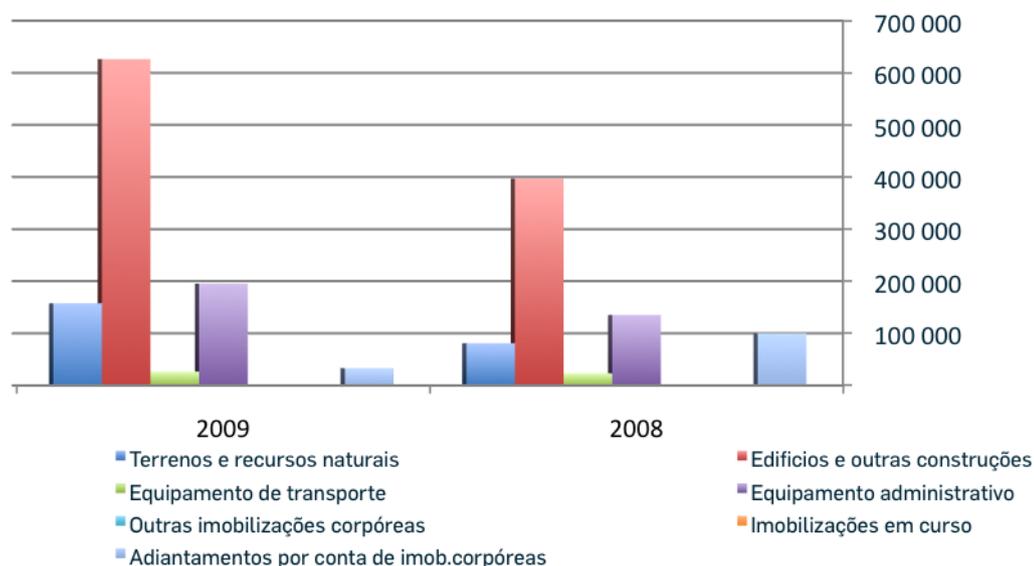
O exercício de 2009 registou um investimento global de 1 038 118,86 euros distribuído pelas seguintes rubricas: edifícios e outras construções, equipamento de transporte e equipamento administrativo.

De acordo com Plano de Actividades e Orçamento de 2009, adquirimos as nossas representações de Vila Real e de Faro, correspondendo a um valor global de 783 908,48 euros. Quanto ao equipamento de transporte, o investimento realizado foi de 26 072,53 euros.

Relativamente ao equipamento administrativo e informático, procedeu-se à sua renovação, correspondendo a um valor de 195 197,85 euros.

Investimentos	2009	2008
Terrenos e recursos naturais	157 489,05	80 619,64
Edifícios e outras construções	626 419,43	396 888,18
Equipamento de transporte	26 072,53	23 000,00
Equipamento administrativo	195 197,85	135 066,53
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	32 940,00	100 000,00
Total	1 038 118,86	735 574,35

Investimentos



Balanço em 31 de Dezembro de 2009

Contas	Activo	Exercício de 2009			Exercício de 2008
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	3 027 554,92	0,00	3 027 554,92	2 870 065,87
422	Edifícios e outras construções	12 435 144,05	1 414 918,54	11 020 225,51	10 636 085,66
424	Equipamento de transporte	202 182,26	129 904,70	72 277,56	86 489,57
425	Ferramentas e utensílios	4 029,96	4 029,96	0,00	
426	Equipamento administrativo	3 251 161,18	2 695 159,20	556 001,98	728 784,94
429	Outras imobilizações corpóreas	223 862,47	26 489,98	197 372,49	203 305,81
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
448	Adiant. por conta de imob. corpóreas	32 940,00	0,00	32 940	180 000,00
		19 176 874,84	4 270 502,38	14 906 372,46	14 704 731,85
414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	2 682 864,46	133 248,89	2 549 615,57	2 439 590,21
		2 682 864,46	133 248,89	2 549 615,57	2 439 590,21
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	34 426,14	0,00	34 426,14	49 511,23
32	Mercadorias	8 800,62	0,00	8 800,62	78,54
		43 226,76	0,00	43 226,76	49 589,77
	Dívidas de terceiros-curto prazo:				
255	Membros	2 860 077,33	947 507,37	1 912 569,96	2 231 448,65
2619	Adiant. a fornecedores de imobilizado	-	-	0,00	5 680,80
26+221	Outros devedores	198 466,31	-	198 466,31	149 806,42
		3 058 543,64	947 507,37	2 111 036,27	2 386 935,87
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos bancários	1 778 004,78	-	1 778 004,78	2 423 678,28
11	Caixa	18 732,84	-	18 732,84	14 467
		1 796 737,62	-	1 796 737,62	2 438 145,28
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	19 817,59	-	19 817,59	66 266,13
272	Custos diferidos	278 147,36	-	278 147,36	194 470,23
		297 964,95	-	297 964,95	260 736,36
	Total de amortizações		4 403 751,27		
	Total de ajustamentos		947 507,37		
	Total do activo	27 056 212,27	5 351 258,64	21 704 953,63	22 279 729,34

Balço - fundo social e passivo

Contas	Fundo social e passivo	2009	2008
	Fundo social:		
51	Fundo social	10 968 449,07	9 911 666,63
576	Reservas de fundo social	229 409,07	240 602,27
593	Regularizações	-22 206,71	
	Subtotal	11 175 651,43	10 152 268,90
88	Resultado líquido do exercício	252 920,10	1 066 180,17
	Total do fundo social	11 428 571,53	11 218 449,07
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	6 580 388,76	7 304 946,47
	Dívidas a terceiros - curto prazo:		
221	Fornecedores c/c	957 517,08	491 431,01
2611+2613	Fornecedores de imobilizado c/c	665 628,61	556 199,78
24	Estado e outros entes públicos	215 631,34	157 827,90
26	Outros credores	526 819,63	293 613,62
		2 365 596,66	1 499 072,31
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	747 594,85	1 628 729,86
274	Proveitos diferidos	582 801,83	628 531,63
		1 330 396,68	2 257 261,49
	Total do passivo	10 276 382,10	11 061 280,27
	Total do fundo social e do passivo	21 704 953,63	22 279 729,34

Demonstração dos resultados por naturezas

Contas	Rubricas	2009§§			2008
	Custos e perdas				
61	Custo merc. vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	38 140,51		44 365,28	
	Matérias	106 831,09	144 971,60	53 601,42	97 966,70
62	Fornecimentos e serviços externos		11 460 778,40		9 899 721,65
	Custos com o pessoal:				
641/2	Remunerações	2 869 423,54		2 770 177,61	
	Encargos sociais:				
645/6/8	Outros	657 899,18	3 527 322,72	638 790,45	3 408 968,06
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	656 478,25		740 876,20	
666	Ajustamentos	115 323,00	771 801,25	95 299,11	836 175,31
63	Impostos	36 261,49		40 790,56	
65	Outros custos e perdas operacionais	31 400,00	67 661,49	33 521,10	74 311,66
	(A).....		15 972 535,46		14 317 143,38
683+684	Amortizações e prov. de aplic. e invest. financeiros	39 974,64		39 974,69	
681+685+688	Juros e custos similares:				
	Outros	351 318,55	391 293,19	557 361,24	597 335,93
	(C).....		16 363 828,65		14 914 479,31

continua →

OTOC - ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

continuação →

69	Custos e perdas extraordinários		163 748,93		217 973,52
	(E),.....		16 527 577,58		15 132 452,83
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		43 184,17		16 263,47
	(G),.....		16 570 761,75		15 148 716,30
88	Resultado líquido do exercício		252 920,10		1 066 180,17
			16 823 681,85		16 214 896,47
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas:				
	Mercadorias	87 972,12		83 709,79	
72	Prestações de serviços	15 199 241,50	15 287 213,62	14 864 157	14 947 866,79
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares	986 287,41		787 251,59	
74	Subsídios à exploração	207 461,58		98 868,64	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	13 711,50		580,00	
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	66 284,98	1 273 745,47	0,00	886 700,23
	(B),.....		16 560 959,09		15 834 567,02
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
7812+783	Rend. tít. negoc. e de out. aplic. financeiras:				
	Outros	151 732,80		147 600,00	
7811+785+786	Outros juros e proveitos similares:				
	Outros	77 004,01	228 736,81	63 521,68	211 121,68
	(D),.....		16 789 695,90		16 045 688,70
79	Proveitos e ganhos extraordinários		33 985,95		169 207,77
	(F),.....		16 823 681,85		16 214 896,47
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		588 423,63		1 517 423,64
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		- 162 556,38		- 386 214,25
	Resultados correntes: (D)-(C)=		425 867,25		1 131 209,39
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=		296 104,27		1 082 443,64
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=		252 920,10		1 066 180,17

Demonstração dos resultados por funções

Rubricas	2009	2008
Vendas e prestações de serviços	15 287 213,62	14 947 866,79
Custo das vendas e das prestações de serviços	-7 442 211,60	-6 388 983,01
Resultados brutos	7 845 002,02	8 558 883,78
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 384 735,43	1 119 429,68
Custos de distribuição	-516 689,30	-308 467,53
Custos administrativos	-5 429 955,94	-5 342 675,67
Outros custos e perdas operacionais	-2 969 712,03	-2 714 936,91
Resultados operacionais	313 380,18	1 312 233,35
Custo líquido de financiamento	-169 008,71	-377 389,71
Ganhos em investimentos financeiros	151 732,80	147 600,00
Resultados correntes	296 104,27	1 082 443,64
Impostos sobre os resultados correntes	-43 184,17	-16 263,47
Resultados correntes após impostos	252 920,10	1 066 180,17
Resultado líquido do exercício	252 920,10	1 066 180,17

Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	2009	2008
Actividades operacionais		
Recebimentos de membros	17 297 712,93	16 933 289,34
Pagamentos a fornecedores	-13 468 133,00	-11 279 803,84
Pagamentos ao pessoal	-3 373 270,33	-3 261 494,88
Fluxo gerado pelas operações	456 309,60	2 391 990,62
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	83 005,96	177 947,91
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	539 315,56	2 569 938,53
Fluxos das actividades operacionais (1)	539 315,56	2 569 938,53
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	376 463,60	160 588,80
Imobilizações corpóreas	0,00	3 500,00
Juros e proveitos similares	79 241,02	49 174,52
Subtotal	455 704,62	213 263,32
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-100 000,00	0,00
Imobilizações corpóreas	-784 243,48	-696 855,63
Subtotal	-884 243,48	-696 855,63
Fluxos das actividades de investimento (2)	-428 538,86	-483 592,31
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	500 000,00	700 000,00
Subtotal	500 000,00	700 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-500 000,00	-1 189 332,21
Amortização de contratos de locação financeira	-605 836,80	-484 646,65
Juros e custos similares	-146 347,56	-404 806,48
Subtotal	-1 252 184,36	-2 078 785,34
Fluxos de actividades de financiamento (3)	-752 184,36	-1 378 785,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-641 407,66	707 560,88
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 438 145,28	1 730 584,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 796 737,62	2 438 145,28

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

As divulgações neste anexo são apenas as aplicáveis:

2 – Discriminação dos componentes da caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2009	2008
Numerário	8 214,09	8 400,00
Dep. bancários imediatamente mobilizáveis	278 004,78	421 035,28
Depósitos a prazo	1 500 000,00	2 002 643,00
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes	18 732,84	14 467,00
Outras disponibilidades:		
Depósitos bancários	1 778 004,78	2 423 678,28
Caixa	18 732,84	14 467,00

5 – Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Execução orçamental:

Rubricas	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2009 (c)	2008 (b)	Variação (c/b)
Proveitos					
Vendas	-41,7%	151 000	87 972	83 710	5,1%
Prestações de serviços	-2,0%	15 511 120	15 199 242	14 864 157	2,3%
Proveitos suplementares	32,0%	747 000	986 287	787 252	25,3%
Subsídios à exploração	-1,1%	209 800	207 462	98 869	109,8%
Outros proveitos e ganhos		0	13 712	580	
Reversões de amortizações e ajustamentos		0	66 285	0	
Proveitos e ganhos financeiros	17,5%	194 670	228 737	211 122	8,3%
Proveitos e ganhos extraordinários	-73,4%	127 790	33 986	169 208	-79,9%
Total	-0,7%	16 941 380	16 823 682	16 214 896	3,8%
Custos					
Custo das matérias consumidas	-34,1%	220 000	144 972	97 967	48,0%
Fornecimentos e serviços externos	8,6%	10 549 120	11 460 778	9 899 722	15,8%
Impostos	-34,2%	55 100	36 261	40 791	-11,1%
Custos com o pessoal	1,2%	3 484 450	3 527 323	3 408 968	3,5%
Outros custos e perdas operacionais	-75,1%	126 000	31,400	33 521	-6,3%
Amortizações imob. corpóreo e incorpóreo	-23,7%	859 910	656 478	740 876	-11,4%
Ajustamentos de dívidas a receber	92,2%	60 000	115 323	95 299	21,0%
Custos e perdas financeiros	-34,5%	597 500	391 293	597 336	-34,5%
Custos e perdas extraordinários	34,2%	122 000	163 749	217 974	-24,9%
Total	2,8%	16 074 080	16 527 578	15 132 453	9,2%

Proveitos	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2009 (c)	2008 (b)	Variação (c/b)
Vendas	-41,7%	151 000	87 972	83 710	5,1%
Jóias	-36,7%	106 000	67 100	92 275	-27,3%
Quotas - membros efectivos	-2,2%	10 837 776	10 597 110	10 700 694	-1,0%
Quotas - membros em regime de suspensão	-2,5%	187 344	182 748	170 465	7,2%
Vinhetas	-15,0%	150 000	127 488	140 630	-9,3%
Inscrições - acções de formação eventual	-9,8%	1 300 000	1 172 784	1 079 432	8,6%
Inscrições - formação permanente	64,5%	300 000	493 504	1 055 316	-53,2%
Inscrições - formação segmentada	-14,4%	900 000	770 058	254 086	203,1%
Inscrições - formação à distância	51,6%	850 000	1 289 008	869 008	48,3%
Conferências CTOC	-10,3%	300 000	269 098	323 438	-16,8%
3.º Congresso	-55,9%	175 000	77 215		
Multas de processos disciplinares	45,8%	105 000	153 129	178 813	-14,4%
Cursos de formação		300 000			
Encontro Nacional dos TOC	11,8%	7 500	8 381	6 645	26,1%
Taxa de indeferimento de candidaturas		6 000	62 200	5 125	
Reinscrições	4,5%	8 250	8 625	8 250	4,5%
Patrocínios	-1,1%	209 800	207 462	98 869	109,8%
Publicidade	-23,4%	124 000	94 993	118 787	-20,0%
Exame a TOC	32,5%	576 000	763 300	628 200	21,5%
Taxas e emolumentos	93,2%	25 250	48 788	20 244	141,0%
Reversões de amortizações e ajustamentos			66 285		
Outros proveitos e ganhos operacionais			13 712	580	-
Proveitos e ganhos financeiros	17,5%	194 670	228 737	211 122	8,3%
Proveitos e ganhos extraordinários	-73,4%	127 790	33 986	169 208	-79,9%
Total	-0,7%	16 941 380	16 823 682	16 214 896	3,8%

Custos	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2009 (c)	2008 (b)	Variação (c/b)
Materiais de consumo	-34,1%	220 000	144 972	97 967	48,0%
Vinhetas	-1,2%	3 700	3 657	3 497	4,6%
Serviços impressão - revistas	-9,8%	330 000	297 709	294 426	1,1%
SITOC	-5,4%	304 705	288 182	304 303	-5,3%
CD-ROM-ATD		0	8 669	11 893	-27,1%
Electricidade	-6,6%	60 000	56 051	57 932	-3,2%
Combustíveis	-22,4%	12 000	9 308	10 510	-11,4%
Água	-5,5%	6 500	6 144	6 569	-6,5%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-100,0%	200		89	-100,0%
Livros e documentação técnica	-20,5%	4 200	3 337	3 443	-3,1%
Material de escritório	17,6%	110 000	129 329	114 115	13,3%
Artigos para oferta	284,9%	8 200	31 558	6 701	370,9%
Rendas e alugueres	48,0%	665 560	985 125	683 078	44,2%

continua →

OTOC - ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

continuação →

Despesas de representação	87,2%	52 000	97 358	77 459	25,7%
Comunicação	-20,7%	399 320	316 631	319 090	-0,8%
Correio	7,4%	902 640	969 198	864 131	12,2%
Seguros	-42,2%	52 850	30 542	20 647	47,9%
Seguros de responsabilidade civil TOC	-1,0%	650 000	643 557	643 263	0,0%
Seguro de saúde TOC	0,1%	871 032	871 902	867 296	0,5%
Transportes diversos		720	5 886	400	
Deslocações e estadas	-13,5%	496 000	428 883	447 073	-4,1%
Honorários	0,0%	2 030 800	2 030 154	1 570 634	29,3%
Contencioso e notariado	-15,7%	17 200	14 491	14 408	0,6%
Conservação e reparação	11,8%	377 500	422 051	371 540	13,6%
Publicidade	137,9%	105 000	249 812	93 719	166,6%
Limpeza, higiene e conforto	-12,1%	63 950	56 222	60 569	-7,2%
Vigilância e segurança	-0,9%	67 200	66 573	62 853	5,9%
Trabalhos especializados	43,6%	1 564 100	2 245 456	1 793 687	25,2%
Publicações obrigatórias	-96,9%	205 300	6 350	6 129	3,6%
Fundo de pensões	0,0%	1 151 733	1 151 733	1 147 600	0,4%
Outros fornecimentos	-4,9%	36 710	34 912	42 669	-18,2%
Impostos	-34,2%	55 100	36 261	40 791	-11,1%
Vencimentos - Órgãos da Ordem	0,2%	807 800	809 238	819 594	-1,3%
Encargos - Órgãos da Ordem	1,0%	158 210	159 752	161 967	-1,4%
Vencimentos - pessoal	1,4%	1 891 200	1 917 278	1 820 508	5,3%
Encargos - pessoal	-0,5%	390 000	387 985	370 895	4,6%
Subsídio de alimentação - pessoal	-0,4%	143 500	142 907	130 076	9,9%
Seguros de acidentes de trabalho	-4,7%	19 900	18 963	17 285	9,7%
Custos de acção social	-7,5%	21 000	19 425	20 851	-6,8%
Outros custos c/ pessoal	35,8%	52 840	71 774	67 792	5,9%
Outros custos e perdas operacionais	-75,1%	126 000	31 400	33 521	-6,3%
Amortizações edifícios	-1,0%	244 693	242 280	231 544	4,6%
Amortizações equipamento de transporte	-13,3%	46 483	40 285	36 482	10,4%
Amortizações equipamento administrativo	-34,5%	561 990	367 981	466 500	-21,1%
Amortizações outras imobilizações corpóreas	-12,0%	6 744	5 933	6 350	-6,6%
Ajustamentos dívidas de membros	92,2%	60 000	115 323	95 299	21,0%
Juros suportados	-58,0%	402 525	169 222	380 832	-55,6%
Amortizações de investimentos em imóveis	0,0%	39 975	39 975	39 975	0,0%
Diferenças de câmbio			85		
Serviços bancários	17,4%	155 000	182 012	176 530	3,1%
Gratificações e donativos	28,5%	20 000	25 695	28 450	-9,7%
Perdas em existências			1 602	205	681,3%
Multas e penalidades			420	544	-22,8%
Protocolo com países lusófonos	34,9%	100 000	134 899	186 547	-27,7%
Outros custos e perdas extraordinários	-43,3%	2 000	1 134	2 227	-49,1%
Total	2,8%	16 074 080	16 527 578	15 132 453	9,2%

Imobilizações	Orçamento	Real	Variação (%)
Imobilizado corpóreo:			
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0
Edifícios e outras construções	393 500,00	783 908,48	99
Equipamento de transporte	80 000,00	26 072,53	-67
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0
Equipamento administrativo	300 000,00	195 197,85	-35
Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	32 940,00	0
Total	773 500,00	1 038 118,86	34
Imobilizações em curso:			
«Casa do Técnico Oficial de Contas»	500 000,00	500 000,00	0
Canal Temático CTOC	0,00	0,00	0
Total	500 000,00	500 000,00	0
Total	1 273 500,00	1 538 118,86	21

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do exercício de 2009

Nota introdutória

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é uma pessoa colectiva pública criada nos termos do Decreto-Lei 452/91, de 5 de Novembro, com a redacção alterada pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de Outubro, com o NIPC n.º 503 692 310 e sede na Av. Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade, com as devidas adaptações em função das necessidades de relato financeiro da OTOC.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo Plano Oficial de Contabilidade, relativamente ao modelo desenvolvido. As notas não referenciadas não são aplicáveis.

3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, por naturezas e por funções, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões:

a) Imobilizado corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível). Foi efectuada a separação do valor dos terrenos, de acordo com o art.º 11.º do Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 2 de Janeiro.

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes em sistema de duodécimos e às taxas máximas legalmente fixadas no Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Os bens do activo imobilizado adquiridos no ano de 2009, de valor inferior a 199,52 euros, foram amortizados a cem por cento, de acordo com o n.º 1 do art.º 20.º do referido diploma legal.

b) Materiais diversos

Os bens aprovisionáveis destinados ao consumo nas acções de formação, são registados ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), através do sistema de inventário permanente, utilizando o FIFO como método de custeio das saídas.

c) Ajustamentos de dívidas a receber

Manteve-se o critério e o cálculo do reconhecimento dos ajustamentos de dívidas a receber, dos membros (v.g. quotas), de acordo com a sua antiguidade:

- Entre 13 e 18 meses – 15 por cento do valor em dívida
- Entre 19 e 24 meses – 25 por cento do valor em dívida
- Superior 25 meses – 50 por cento do valor em dívida

d) Acréscimos e diferimentos

Em obediência ao princípio «da especialização» registam-se as seguintes situações:

- Os encargos com férias (por exemplo, férias, subsídio de férias) foram contabilizados em 2009 com base na estimativa dos encargos a pagar no próximo exercício.
- Os valores relativos a material de economato (por exemplo, subscritos, folhas de carta) são reconhecidos como custo do exercício de acordo com o seu consumo.

e) Imposto sobre o rendimento do exercício

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, este é apurado de acordo com o método do imposto a pagar, previsto no POC, por inaplicabilidade da Directriz Contabilística n.º 28, tendo em conta os rendimentos comerciais (comercialização dos manuais das acções de formação, livro «Anotações ao SNC»; aplicações informáticas, patrocínios a conferências realizadas no presente exercício, inscrições ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Créditos e a publicidade na Revista «TOC»).

7. O número médio de colaboradores ao serviço da OTOC (incluindo os Órgãos da Ordem), foi de 127 resultante de:

Janeiro	125	Fevereiro	125	Março	125	Abril	125	Maio	125	Junho	125
Julho	127	Agosto	128	Setembro	129	Outubro	129	Novembro	130	Dezembro	130

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, de acordo com os seguintes quadros:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Propriedade industrial e outros direitos	1 450,26				(1 450,26)	0,00
	1 450,26				(1 450,26)	0,00
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2 870 065,87		157 489,05			3 027 554,92
Edifícios e outras construções	11 808 724,62		626 419,43			12 435 144,05
Equipamento de transporte	176 109,73		26 072,53			202 182,26
Ferramentas e utensílios	4 029,96					4 029,96
Equipamento administrativo	3 055 963,33		197 909,85		(2 712,00)	3 251 161,18
Outras imobilizações corpóreas	223 862,47					223 862,47
Adiantamentos p/ c/ imob. corpóreas	180 000,00		32 940,00		(180 000,00)	32 940,00
	18 318 755,98		1 040 830,86		(182 712,00)	19 176 874,84
Investimentos financeiros:						
Investimentos em imóveis	2 432 864,46					2 432 864,46
Outras aplicações financeiras	100 000,00		250 000,00		(100 000,00)	250 000,00
	2 532 864,46		250 000,00		(100 000,00)	2 682 864,46
Total	20 853 070,70		1 290 830,86		(284 162,26)	21 859 739,30

Amortizações e ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	1 450,26	0,00	(1 450,26)	0,00
	1 450,26	0,00	(1 450,26)	0,00
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1 172 638,96	242 279,58		1 414 918,54
Equipamento de transporte	89 620,16	40 284,54		129 904,70
Ferramentas e utensílios	4 029,96			4 029,96
Equipamento administrativo	2 327 178,39	367 980,81		2 695 159,20
Outras imobilizações corpóreas	20 556,66	5 933,32		26 489,98
	3 614 024,13	656 478,25	0,00	4 270 502,38
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	93 274,25	39 974,64		133 248,89
	93 274,25	39 974,64	0,00	133 248,89
Total	3 708 748,64	696 452,89	(1 450,26)	4 403 751,27

14. Com relação às imobilizações corpóreas e em curso:

As imobilizações corpóreas estão totalmente afectas à única actividade da Ordem.

15. Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Locação financeira	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, nº 45	9 583 128,79	527 072,08	9 056 056,71

As amortizações incidem sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, nos termos do art. 11º do Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante:

Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de membros	898 469,35	115 323,00	66 284,98	947 507,37

Durante o exercício de 2009 devido ao acréscimo dos montantes em dívida com antiguidade superior a 12 meses, originou o reforço dos respectivos ajustamentos.

23. Valor global da dívida dos membros de cobrança duvidosa:

Membros de cobrança duvidosa: 2 066 770,45 euros.

29. Valor das dívidas a terceiros a mais de cinco anos:

Rubrica do balanço	Dívida até um ano (curto prazo)	Dívidas de um a cinco anos (médio prazo)	Dívidas a mais de cinco anos	Total
Fornecedores de imobilizado	646 015,07	2 646 298,29	3 934 090,47	7 226 403,83

35. Movimentos ocorridos no fundo social

O fundo social da OTOC, sofreu um aumento devido à incorporação do resultado líquido do exercício de 2008 no montante de 1 066 180,17 euros, sendo distribuídos da seguinte forma:

Fundo Social - 1 056 782,44 euros

Reforço da reserva do Fundo Social - 9 397,73 euros

Utilização da Reserva do Fundo Social em 2009 - 20 590,93 euros

Regularizações não frequentes referentes a dívidas a receber cujo cumprimento não pode ser exigido 22.206,71 euros.

40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Fundo social	9 911 666,63	1 056 782,44		10 968 449,07
57 - Reservas				
574 - Reservas livres				
576 - Reservas fundo social	240 602,27	9 397,73	20 590,93	229 409,07
59 - Resultados transitados				
591 - Resultados transitados		1 066 180,17	1 066 180,17	0
593 - Regularizações não frequentes			22 206,71	(22 206,71)
881 - Resultado líquido do exercício	1 066 180,17	252 920,10	1 066 180,17	252 920,10
Total do fundo social	11 218 449,07	2 385 280,44	2 175 157,98	11 428 571,53

De salientar que durante o exercício de 2009, 20 membros beneficiaram do fundo social.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	78,54	49 511,23
Compras	47 541,79	91 746,00
Descontos e abatimentos em compras	(159,20)	0,00
Regularizações	(520,00)	0,00
Existências finais	8 800,62	34 426,14
Custos no exercício	38 140,51	106 831,09

43. As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da OTOC (25 elementos) no presente exercício foram de 809 238 euros, distribuindo-se do seguinte modo:

Remunerações Órgãos da Ordem	Direcção	Conselho Técnico	Conselho Fiscal	Conselho Disciplinar	Assembleia Geral	Comissão Inscrição	Total
Vencimentos	200 497,00	128 919,00	41 186,00	100 435,00	20 581,00	151 819,00	643 437,00
Subsídio de férias e férias 2009	36 450,24	18 808,08	7 704,00	18 521,52	3 742,08	26 008,08	111 234,00
Subsídio de Natal	18 225,12	8 436,83	3 744,19	9 285,80	1 871,06	13 004,00	54 567,00
Total geral	255 172,36	156 163,91	52 634,19	128 242,32	26 194,14	190 831,08	809 238,00

45. Demonstração dos resultados financeiros:

Custos e perdas	2009	2008	Proveitos e ganhos	2009	2008
681 – Juros suportados	169 221,62	380 831,59	781 – Juros obtidos	77 004,01	63 521,68
683 – Amortizações de investimentos de imóveis	39 974,64	39 974,69	783 – Rendimentos de imóveis	151 732,80	147 600,00
685 – Diferenças de câmbio desfavoráveis	84,86				
688 – Outros custos e perdas financeiros	182 012,07	176 529,65			
Resultados financeiros	(162 556,38)	(386 214,25)			
	228 736,81	211 121,68		228 736,81	211 121,68

46. Demonstração dos resultados extraordinários:

Custos e perdas	2009	2008	Proveitos e ganhos	2009	2008
691 – Donativos	25 695,00	28 450,00	794 - Ganhos em imobilizações	0,00	3 500,00
693 - Perdas em existências	1 601,76	0,00	797 – Correções relativas a exercícios anteriores	10 356,94	96 571,49
694 – Perdas em imobilizações	0,00	205,00	798 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	23 629,01	69 136,28
695 – Multas e penalidades	419,71	544			
697 – Correções relativas a exercícios anteriores	134 898,78	186 547,17			
698 – Outros custos e perdas extraordinários	1 133,68	2 227,35			
Resultados extraordinários	(129 762,98)	(48 765,75)			
	33 985,95	169 207,77		33 985,95	169 207,77

48. Informações relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

48.1 No que diz respeito aos acréscimos e diferimentos, apresentamos o seguinte quadro comparativo:

Acréscimos e diferimentos	2009	2008
Activos:		
271 Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	5 479,87	27 527,13
Outros (patrocínios, multas)	14 337,72	38 739,00
	19 817,59	66 266,13
272 Custos diferidos		
Contratos de manutenção de <i>software</i>	81 144,88	86 190,58
Material de economato	25 890,76	23 002,95
Juros - Contrato de financiamento	4 542,71	27 416,77
Outros		
Aluguer de sala – formação eventual	10 224,00	4 500,00
Renda de instalações – Vila Real	0,00	1 750,00
Seguro de doença	28 095,95	19 466,79
Quotizações	28 000,00	27 000,00
Brochuras – formação eventual	11 760,38	0,00
Publicidade – Protocolo «Diário Económico»	81 000,00	0,00
Outros – seguros	7 488,68	5 143,14
	278 147,36	194 470,23
Passivos:		
273 Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	450 060,32	455 805,37
Fundo de pensões	0,00	852 298,60
Outros (honorários, IMI)	297 534,53	320 625,89
	747 594,85	1 628 729,86
274 Proveitos diferidos		
Jóias, quotização, inscrições, formação, rendas	582 801,83	628 531,63

De salientar o montante de 852 298,60 euros registado em acréscimos de custos em 2008, valor que correspondia à contribuição da OTOC para o fundo de pensões, e que, por deliberação da Direcção, foi entregue em 2009 à entidade gestora do fundo.

48.2 Relativamente à conta 68 – Custos e perdas financeiros, destacamos os montantes das contas:

68 Custos e perdas financeiros	2009	2008
681 Juros suportados		
Juros de empréstimos bancários	212,91	3 441,88
Juros contrato de <i>leasing</i>	169 008,71	377 389,71
Total	169 221,62	380 831,59
683 Amortizações investimentos imóveis	39 974,64	39 974,69
688 Outros custos e perdas financeiros		
Taxa de utilização Multibanco (MB)	62 259,05	61 800,82
Taxa de utilização CTT	5 172,08	4 549,59
Taxa de utilização transferência bancária e Internet	97 622,40	94 209,06
Outros serviços bancários	16 958,54	15 970,18
Total	182 012,07	176 529,65

48.3 Desenvolvimento das rubricas de correcções relativas a exercícios anteriores:

697 Correcções relativas a exercícios anteriores	2009	2008
Correcções devidas, no âmbito de:		
Processos de cancelamento	71 966,61	81 374,26
Acções de formação		
Honorários	29 395,88	67 330,16
Aluguer de salas	1 883,88	4 517,00
Conservação e reparação de equipamentos e edifícios	2 648,50	23 488,29
Correcção de estimativas (multas e protocolo IPJ)	24 482,55	0,00
Outros	4 521,36	9 837,46
Total	134 898,78	186 547,17

No final do ano houve a preocupação de regularizar todas as situações pendentes, com especial atenção para os casos respeitantes a exercícios anteriores.

O TOC n.º 7 605

A Direcção



Ana Teresa Pina


A. Domingues de
Azevedo

Armando Pereira
Marques

Jaime Soares
dos Santos

Filomena M. Felgueiras
A. L. Moreira

Manuel Vieira
de Sousa

Considerações finais

É difícil, por mais volumoso que seja o relatório, descrever o que foi a actividade da nossa Instituição em 2009. Nada conseguirá expressar a emoção vivida no momento em que a Assembleia da República aprovou a passagem da nossa Câmara a Ordem.

Então, recordámos a ansiedade que as incertezas geraram, o esforço despendido para ultrapassar obstáculos. A alegria sentida quando se vê realizada a obra em que se acredita, a paciência e a perseverança necessárias para se lutar contra algumas incompreensões de fora e de dentro da própria profissão, a organização e empenho para desmistificar algumas ideias que profissionais vários ajudaram a criar.

É muito difícil descrever tudo isto. Estas situações são vividas com muita intensidade e com a certeza e a paz do dever cumprido. Este é a única recompensa que aceitamos nesta caminhada ao serviço da nossa profissão.

Os factos falam por si. São objectivos, inequívocos, comprovados por si mesmos ou pelos seus efeitos.

É isso que vos deixamos aqui: a elevação da nossa profissão ao mais alto patamar da classificação das profissões de interesse público. A realização de um Congresso onde se reuniram 5 203 profissionais, sendo a maior manifestação profissional realizada em Portugal; a consolidação da nossa actividade junto da sociedade civil; a execução de um orçamento com variações de menos 0,7 por cento nas receitas e mais 2,8 por cento nas despesas.

Estes factos são indesmentíveis. Que cada um possa deles fazer leituras diferentes, é um direito individual que ninguém pode nem quer limitar. Mas a liberdade individual de enquadramento dos factos não altera a sua essência.

Todos aqueles que contribuíram para que o relatado fosse possível, não são apenas homens e mulheres de opinião. São, acima de tudo, homens e mulheres de ideias fortes. Homens e mulheres que acreditam no que fazem e no rigor da sua prestação e que não regateiam esforços e sacrifícios em prol das suas convicções.

Tudo o que fizemos foi no pressuposto que era o melhor. Analisámos as alternativas e é nossa convicção que

prestamos um serviço positivo à profissão e aos profissionais, cumprindo com o nosso saber, esforço e dedicação um compromisso firmado com todos.

A análise dos membros sobre o que aqui é relatado será o juízo decisivo sobre a nossa acção ao longo do ano, sobre a forma como realizamos o que pensamos também ser parte dos vossos sonhos, anseios e expectativas. Se não o conseguimos, fica a garantia de que iremos tentar emendar o que possa não ter estado bem, convergindo por essa via ao encontro da vontade dos profissionais.

Se, acaso, convergimos nas leituras, ficamos satisfeitos por podermos ter sido úteis à construção da profissão. Pedimo-vos, pois, que votem favoravelmente a proposta que apresentamos.

Proposta

A Direcção da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas apresenta a seguinte proposta:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício do ano de 2009;
2. Que seja efectuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1 Que o resultado líquido do exercício de 2009 no montante de 252 920,10 euros, tenha a seguinte distribuição:
 - a) A importância de 20 590,93 euros para o fundo de solidariedade social;
 - b) A importância de 232 329,17 euros para o fundo social da ordem.
 - 2.2 Que a regularização constante na nota 40 do anexo ao balanço e demonstração de resultados no montante de 22 206, 71 euros seja transferido para o fundo social da Ordem.
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores, internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que se relacionaram com a nossa Instituição em 2009.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2010

A Direcção,

Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Secretária	Tesoureiro
				
A. Domingues de Azevedo	Armando Pereira Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa

Relatório anual da actividade fiscalizadora de 2009

1. Introdução

Nos termos da alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da OTOC (EOTOC), o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua actividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à assembleia geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da actividade fiscalizadora desenvolvida.

2. Âmbito

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37 do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento, a actividade administrativa da Direcção e examinámos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efectuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas da Direcção, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 2 de Março de 2010, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. Procedimentos de fiscalização

3.1 Organização interna do CF

A organização interna do CF obedece a um «Regulamento de funcionamento» aprovado no mandato de 2002-2004, tendo o actual CF, em reunião de 8 de Janeiro de 2008, deliberado mantê-lo.

A palavra «fiscalizar» significa «verificar o bom cumprimento de normas, leis ou quaisquer regras ou disposições» ou «observar atentamente o cumprimento dos deveres, obrigações de alguém» (in Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian, Ed. Verbo, Lisboa, 2001, pg. 1759).

Neste contexto, o CF tem desenvolvido a sua acção fiscalizadora numa dupla perspectiva:

- *A posteriori* ou reactiva - Em função da realização efectiva das actividades, em que o CF apresenta sugestões/recomendações e relatórios/memorandos visando a evidenciação dos resultados e a melhoria do desempenho dessas actividades no futuro, especialmente nas que são recorrentes (por exemplo, acções de formação).

- *Apriorística* ou proactiva - Sempre que o CF apresenta sugestões/recomendações antes da realização das actividades, constantes ou não do Plano de Actividades;

As funções do CF, contempladas no citado art.º 37.º do EOTOC estão, de uma forma geral, previstas no art.º 420.º do CSC, nomeadamente a «fiscalização da gestão» prevista na alínea a) do n.º 1 desse articulado do CSC.

Para a prossecução dessas competências estatutárias, o CF desenvolveu, entre outros, os seguintes procedimentos:

3.2 Competências do CF

Na sequência de algumas dúvidas sobre a actividade fiscalizadora, o CF do mandato de 2002/2004 elaborou um relatório intitulado «Documento para debate», enviado a todos os Órgãos da Ordem, no qual clarificou as suas competências no âmbito do art.º 37.º do EOTOC e suscitou a sua opinião, visando diminuir o *expectation gap* da acção fiscalizadora.

Em reunião de 8 de Janeiro de 2008, o CF procedeu à reanálise dos pontos essenciais do documento, visando, essencialmente, inteirar o novo membro do CF, o 1.º vogal, António Joaquim Fernandes Cerqueira, tendo o mesmo sido ratificado, considerando a sua importância como documento estruturante da actividade do CF. Além disso, o CF sugeriu à Direcção a alteração do EOTOC no sentido de o mesmo contemplar mais duas competências do CF (elaborar parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento e fiscalizar o cumprimento da lei, estatutos e regulamentos, assim como as deliberações das assembleias-gerais), visando eliminar, definitivamente, tais dúvidas, o que não veio a ocorrer com a alteração do EOTOC pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro.

O CF entende que tais competências, e mais especificamente a segunda, estão em sintonia com os estatutos de grande parte das associações e ordens profissionais, pelo que mantém essa sugestão para ulterior alteração estatutária.

3.3 Reuniões

Em 2009, o CF realizou dez reuniões (11 em 2008).

3.4 Plano de Actividades e Orçamento de 2010

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) da OTOC.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos (é uma das sugestões do CF de alteração do EOTOC), mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-

se sobre a execução e não sobre, objectivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores, em assembleia-geral realizada em 19 de Dezembro de 2009, o presidente da Mesa da AG solicitou a intervenção do presidente do CF no sentido da emissão de um «parecer informal» sobre o PAO de 2010, tendo o mesmo sido favorável.

3.5 Acompanhamento das actividades dos outros Órgãos da Ordem

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a actividade de todos os Órgãos da OTOC, pelo que a sua actuação teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da actividade dos Órgãos da OTOC foi o de analisar as respectivas actas das reuniões, tendo sido verificadas as da assembleia geral, da Direcção, da Comissão de Inscrição e do Conselho Técnico, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou os respectivos esclarecimentos. O actual Conselho Disciplinar, de acordo com documento enviado ao CF anterior, mantém a decisão de não disponibilizar as actas das respectivas reuniões, por considerar que as características da sua actividade assumem um carácter sigiloso.

Além disso, o CF analisou os relatórios de actividades dos restantes Órgãos, os quais estão em conformidade com as respectivas competências estatutárias, sendo que o relatório de actividades da Direcção descreve as suas principais actividades.

3.6 Acompanhamento das actividades dos departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalhos

Considerando que os departamentos internos, comissões técnicas e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à actividade administrativa da Direcção, o CF entende que a sua acção fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respectivas actividades, face ao estabelecido na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua actividade administrativa.»

Neste contexto, o CF analisou os relatórios das actividades das Comissões de História da Contabilidade, Controlo de Qualidade, Contabilidade Pública, Formação à Distância e Análise do CD-SITOC, bem como do Gabinete de Estudos da OTOC (GEOTOC) e do Júri de Exame, os quais cumpriram, de uma forma geral, os respectivos planos de actividades, sendo que o relatório de actividades da Direcção descreve as suas actividades mais relevantes.

3.7 Recomendações

O CF apresentou algumas sugestões aos Órgãos da Ordem, especialmente à Direcção.

3.8 Outros procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OTOC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os correspondentes anexos, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade, directrizes contabilísticas e interpretações técnicas;
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, designadamente no que concerne a amortizações, ajustamentos de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos activos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;
- e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;
- f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que

considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Ordem;
- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos e de provisões para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Sugestões de ajustamentos e reclassificações contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes. As demonstrações financeiras traduzem tais operações.

g) Análise dos relatórios elaborados pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

3.9 Destaque a algumas actividades e assuntos

O CF destaca as seguintes actividades e assuntos, alguns dos quais são recorrentes:

3.9.1 Seguro de responsabilidade civil

O primeiro CF da OTOC emitiu um parecer, datado de 24 de Fevereiro de 1999, no qual manifestou a sua discordância com a assunção pela Direcção do pagamento do seguro de responsabilidade civil, tendo apresentado sugestões para uma outra utilização dos encargos incorridos.

Então, o CF argumentou que o n.º 4 do art.º 52.º do EOTOC (na sua redacção inicial) previa como «dever geral» que os TOC deveriam subscrever um contrato de seguro de responsabilidade civil profissional, pelo que, salvo melhor opinião, o mesmo estava direccionado para uma subscrição individual e não para uma subscrição colectiva, neste caso realizada pela Direcção da OTOC.

A actual Direcção deliberou manter o pagamento do seguro para os exercícios de 2008 e 2009.

Entretanto, no ano de 2002, o CF de então solicitou à Direcção a emissão de um parecer jurídico para clarificação da situação, o qual veio a ser emitido em 15 de Março de 2002 por Luiz Gomes & Associados, Sociedade de Advogados. No entanto, os CF anteriores mantiveram, e o actual CF também mantém, a discordância quanto ao pagamento do seguro pela Direcção da OTOC devido à referida argumentação, alertando, simultaneamente, para os efeitos dos respectivos custos nos resultados do exercício.

Finalmente, o CF sublinha que a redacção daquele articulado foi alterada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, passando a prever que o seguro possa ser subscrito pelo TOC ou pela Ordem, o que resolve definitivamente a problemática e vai ao encontro das referidas preocupações do CF.

3.9.2 Auditoria externa

Considerando que os Órgãos da OTOC são eleitos em lista apresentada a sufrágio, incluindo, portanto, o CF, opinamos que se justifica a manutenção da auditoria externa por uma entidade independente, pelo que concordamos com a deliberação da Direcção na permanência desses serviços, os quais têm sido adjudicados, desde a constituição da OTOC, à sociedade Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC com o n.º 23, com sede em Lisboa.

O CF mantém o entendimento de que se justifica uma rotatividade desses serviços. No entanto, a Direcção manteve a decisão de seleccionar a mesma SROC, que se mantém desde a data da constituição da OTOC, argumentando que esta tem cumprido as suas responsabilidades, o que o CF considera não constituir um argumento suficiente.

Além do relatório de auditoria, elaborado nos termos do art.º 44.º do Estatuto da Ordem dos ROC (EOROC), reportado a 31 de Dezembro de 2009, os auditores externos elaboraram um relatório anual reportado à mesma data e um relatório de auditoria intercalar datado de 9 de Novembro de 2009, estes a título facultativo, pois

não são exigidos pelo EOROC, desenvolvendo os testes de conformidade sobre o controlo interno, apresentando sugestões à Direcção para a sua melhoria, as quais têm servido de orientação para o CF efectuar algumas recomendações à Direcção.

3.9.3 Canal de televisão Web-TV

Esta actividade estava prevista no item 5.2 do PAO/2009 e ainda não foi implementada, conforme é referido no item «O que não foi possível fazer» do relatório de actividades.

3.9.4 Serviço de respostas *online*

De acordo com o item 5.8 «Respostas *online*» do PAO/2009, a Direcção destacou a implementação de um serviço de resposta online, através da Internet, possibilitando por essa via, *just in time*, as respostas a questões simples colocadas pelos membros, o que não se verificou no exercício de 2009, conforme é referido no item «O que não foi possível fazer» do relatório de actividades.

3.9.5 Inscrição da OTOC no IFAC e na FEE

De acordo com o item 7.3 do PAO/2008, a Direcção tinha previsto a adesão em 2008 àqueles dois organismos internacionais de Contabilidade, o que ainda não se concretizou. De acordo com o relatório da Direcção de 2008 previa-se a inscrição na IFAC em Novembro de 2009 o que, repetimos, não se concretizou.

3.9.6 Curso de preparação para acesso à profissão

Em 2007, O CF sugeriu à Direcção a realização de um «Curso de preparação de acesso à profissão». Na sequência, a Direcção designou uma comissão eventual (conforme notícia na Revista «TOC» n.º 84, de Março de 2007, p. 28 e PAO/2007), a qual apresentou o respectivo relatório.

No entanto, a Direcção ainda não procedeu à implementação do curso, nem os PAO de 2008 a 2010 o prevêem, pelo que o CF mantém a sugestão.

3.9.7 Sítio na Internet

Em 2007, a Direcção noticiou (Revista «TOC» n.º 84, de Março de 2007, pp. 14-16) a reformulação do sítio na Internet, visando a melhoria das suas funcionalidades.

Porém, o CF constata que, apesar de ter conhecimento que já foi desenvolvida grande parte dos respectivos trabalhos, a implementação da nova versão do sítio ainda se encontra em fase de apreciação pela Direcção.

4. Relatório e contas

4.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 contemplam os ajustamentos e reclassificações contabilísticos apresentados pelo CF, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) Perante a inexistência de um Plano Oficial de Contabilidade aplicável à realidade associativa, a Ordem tem aplicado o POC aplicável às empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, e demais normas contabilísticas complementares (por exemplo, directrizes contabilísticas), conforme é referido no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, efectuando as adaptações julgadas oportunas, de acordo com a natureza jurídica da OTOC e as respectivas necessidades de relato financeiro;
- b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, salientando-se as resultantes da aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais «Da especialização (ou do acréscimo)» e «Da prudência», o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Ordem;
- c) Desde o início da actividade da OTOC que os resultados líquidos dos exercícios têm registado valores positivos. O resultado líquido do exercício de 2009, positivo em 252 920 euros, desceu significativamente em relação ao exercício anterior (1 066 180,17 euros), devido, essencialmente, ao acréscimo de custos com as acções de formação gratuitas sobre o SNC (como, por exemplo, reuniões livres das noites do SNC);

- d) As dívidas de quotizações dos membros em 31 de Dezembro de 2009 diminuíram ligeiramente para 2 860 077 euros (em 2008 eram de 3 129 918 euros), das quais se considera de cobrança duvidosa o montante de 2 066 770,45 euros (em 2008 era de 1 998 403 euros), o qual se encontra ajustado em 947 507,37 euros, traduzindo-se num aumento dos «ajustamentos de dívidas a receber» de 49 038,02 euros.
- e) De acordo com a demonstração dos fluxos de caixa, registou-se uma variação negativa de 641 407,66 euros, justificada pelas variações negativas dos fluxos das actividades de investimento e de financiamento de 428 538,86 euros e 752 184,36 euros, respectivamente, já que os fluxos das actividades operacionais foram positivas em 539 315,56 euros.
- f) Insiste-se na conveniência da apresentação de demonstrações complementares sobre os custos (por exemplo, pessoal, fornecedores e serviços de externos) de actividades, departamentos, comissões técnicas e Órgãos da OTOC.

4.2 Relatório de actividades

O CF procedeu à análise do relatório de actividades da Direcção (RAD) de 2009, o qual descreve as actividades da Direcção e dos restantes Órgãos da OTOC, bem como dos departamentos e comissões técnicas, excepto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório, bem como dos departamentos da OTOC, contemplando algumas sugestões e ou correcções apresentadas pelo CF.

5. Execução orçamental

Como é referido no RAD, o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos custos e dos proveitos.

Lisboa, 2 de Março de 2010

O Conselho Fiscal,

Presidente



Joaquim Fernando da
Cunha Guimarães

1.º vogal



António Joaquim
Fernandes Cerqueira

2.º vogal



Tomás Pires Vieira
dos Santos

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas da Direcção de 2009

Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, examinámos o relatório e contas da Direcção de 2009, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, as quais incluem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 21 704 954 euros e um total do fundo social de 11 428 572 euros, incluindo um resultado líquido de 252 920 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. Nos termos da alínea c) do art.º 35.º do EOTOC, é da competência da Direcção da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) a apresentação do relatório e contas e respectivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações,

bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. Considerando que a Direcção deliberou manter a auditoria às contas, de base contratual, realizada por Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, com sede em Lisboa, entendemos que o trabalho desenvolvido por essa sociedade incorre nas responsabilidades inerentes ao respectivo relatório de auditoria face ao disposto no art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 489/99, de 16 de Novembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), com a redacção do Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

4. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas da Direcção e, de um modo geral, na fiscalização da sua actividade administrativa.

Âmbito

5. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efectuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

6. O relatório anual da actividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa actividade fiscalizadora.

7. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.

8. Entendemos que a fiscalização efectuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas da Direcção de 2009.

Parecer

9. Somos de parecer que o relatório e contas da Direcção de 2009 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da OTOC em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 2 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

Presidente



Joaquim Fernando da
Cunha Guimarães

1.º vogal



António Joaquim
Fernandes Cerqueira

2.º vogal



Tomás Pires Vieira
dos Santos



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOSÉ BARATA FERNANDES
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 21 704 954 euros e um total de fundo social de 11 428 572 euros, incluindo um resultado líquido de 252 920 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OTOC e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/ auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da Direcção com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS (OTOC), em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359